



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

**Brasília - DF
2014**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado na forma do disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, na Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e na Portaria TCU nº 175/2013.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual	10
1.2 Finalidade e Competências Institucionais	11
1.3 Apresentação do Organograma Funcional – Estrutura Organizacional	11
1.4 Macroprocessos Finalísticos	12
1.5 Macroprocessos de Apoio	12
1.6 Principais Parceiros	13
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	14
2.1 Planejamento da Unidade	14
2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados	17
2.2.1 Programa Temático	17
2.2.2 Ações	17
2.2.2.1 Ações - OFSS	18
2.2.2.2 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS	22
2.2.2.3 Análise Situacional	23
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão	24
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	25
3.1 Estrutura de Governança	25
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	25
3.3 Sistema de Correição	27
3.4 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 - CGU	27
3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	27
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	29
4.1 Execução das Despesas	29
4.1.1 Programação	29
4.1.1.1 Análise Crítica	30
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	30
4.1.3 Realização da Despesa	31
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	31
4.1.3.2. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ	32
4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	33
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ	34
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	36
4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	37
4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa	38
4.2 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	38
4.2.1 Análise Crítica	38
4.3 Transferências de Recursos	39
4.3.1 Relação dos Instrumentos de transferência vigentes no exercício	39
4.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	40
4.3.3 Informações sobre Prestação de Contas relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	41
4.3.4 Informações sobre a análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	42
4.3.5 Análise Crítica	42
4.4 Suprimento de Fundos	43
4.4.1 Suprimento de Fundos - Despesas Realizadas por meio da Conta tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (série histórica)	43
4.4.2 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	44
4.4.3 Análise Crítica	45

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	46
5.1 Estrutura de pessoal da Unidade.....	46
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	46
5.1.1.1 Situações que reduzem a Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	46
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	47
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e Funções	47
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	48
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	50
5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	50
5.1.4.2 Demonstração das Origens de Pensão Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	50
5.1.5 Cadastramento no Sisac	51
5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao tribunal por intermédio do Sisac	51
5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU	51
5.1.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac	52
5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU em meio físico.....	52
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	52
5.1.7 Providências adotadas nos casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	53
5.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	53
5.1.9 Análise Crítica	53
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	54
5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do órgão	54
5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	54
5.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	55
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	58
5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3. e 5.2.4.....	59
5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários	59
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	60
6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros	60
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	61
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	61
7.1.1 Análise crítica	62
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	63
8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis	63
8.2 Consumo de papel, energia elétrica e água.....	65
9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	67
9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU	67
9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	67
9.2 Tratamento de Recomendações do OCI	70
9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	70
9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	75
9.3 Declarações de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	86
9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93	86
9.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	86
9.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	87
9.5 Alimentação SIASG E SICONV	88
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	89
10.1 Canais de acesso do cidadão ao órgão e informações gerenciais sobre atendimento a demandas	89

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	90
11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	90
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	91
11.2.1 Declaração Plena	91
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	92

ABREVIATURAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
APLAM - Assessoria de Planejamento e Modernização
ARENA - Análise de Risco com Ênfase na Ameaça
CCAI - Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência
CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CISSET - Secretaria de Controle Interno
COGER – Corregedoria-Geral
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CREDEN – Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
DAL – Departamento de Administração e Logística
DGP – Departamento de Gestão de Pessoal
DN – Decisão Normativa
DPDT – Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
ESINT – Escola de Inteligência
GSI – Gabinete de Segurança Institucional
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
PAA – Plano Anual de Atividades
PJ – Pessoa Jurídica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
RELINT – Relatório de Inteligência
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RP – Restos a Pagar
SARHA – Sistema de Apoio a Recursos Humanos e sua Administração
SESSE - Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.

SPU – Secretaria de Patrimônio da União

SPOA – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	10
QUADRO 2.2.2.1 – Ações – OFSS	18
QUADRO 2.2.2.2 – Ações não previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS	22
QUADRO 3.2 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ	25
QUADRO 4.1.1 – Programação de Despesas	29
QUADRO 4.1.2.1. – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	30
QUADRO 4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	31
QUADRO 4.1.3.2. – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	32
QUADRO 4.1.3.3. – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	33
QUADRO 4.1.3.4. – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	34
QUADRO 4.1.3.5. – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação.....	35
QUADRO 4.1.3.6. – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	36
QUADRO 4.2 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	37
QUADRO 4.3.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	38
QUADRO 4.3.2. – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	39
QUADRO 4.3.3. – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	40
QUADRO 4.3.4. – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Termos de Cooperação	41
QUADRO 4.4.1. – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	42
QUADRO 4.4.2. – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	43
QUADRO 5.1.1.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	45
QUADRO 5.1.2.1. – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2013)	46
QUADRO 5.1.3 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores.....	47
QUADRO 5.1.4.1 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2013.....	49
QUADRO 5.1.4.2. – Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2013	49
QUADRO 5.1.5.1. – Atos Sujeitos ao Registro do Tcu (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	50
QUADRO 5.1.5.2. – Atos Sujeitos a Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	50
QUADRO 5.1.5.3. – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC	51
QUADRO 5.1.5.4 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	51
QUADRO 5.2.3. – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	54
QUADRO 5.2.4. – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	57
QUADRO 7.1. – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	60
QUADRO 8.1. - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	62

QUADRO 8.2. – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	64
QUADRO 9.1.1. – Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	66
QUADRO 9.2.1. – Relatório de Cumprimento das Recomendações Do OCI	69
QUADRO 9.2.2. – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	74
QUADRO 9.3.1. – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR.....	85
QUADRO 9.4. – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013	86
QUADRO 9.5. – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV	87

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão Individual, referente ao ano de 2013, registra informações da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), relativas ao processo gerencial da instituição nos seguintes aspectos: planejamento, gestão administrativa e de logística (áreas de orçamento e finanças públicas, serviços gerais, licitação e contratos e patrimônio); estruturas de governança e de autocontrole; gestão e capacitação de pessoas; tecnologia da informação, produção de conhecimentos; uso de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental; conformidade com dispositivos legais e normativos; relacionamento com a sociedade; e informações contábeis.

Alguns itens deste relatório não foram apresentados em razão da natureza jurídica desta unidade jurisdicionada e das peculiaridades da atividade de Inteligência desenvolvida pela ABIN. O procedimento se justifica para resguardar a publicação de determinados dados, considerando o contido na Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999. Ressalte-se que os conteúdos não informados são mencionados na introdução dos capítulos a eles referentes, seguindo o preconizado no Art. 6º, da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013.

Criada pela Lei nº 9.883/1999, a ABIN integra a estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR), conforme disposto no art. 6º da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, com a redação dada pela Medida Provisória 527, de 18 de março de 2011. Mediante o Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008, teve aprovada sua estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão, das gratificações de exercício em cargo de confiança e das gratificações de representação.

Em 2013, considerando o exercício das competências legais, as atividades de Inteligência sob responsabilidade da ABIN foram conduzidas sob o foco das diretrizes emanadas da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), do Conselho de Governo; das orientações emitidas pelo Ministro-Chefe do GSI/PR, que tem entre as suas atribuições a de coordenar a atividade de Inteligência no âmbito federal; e das determinações do Diretor-Geral do órgão. Do ponto de vista da fiscalização e controle das atividades de Inteligência e Contrainteligência desenvolvidas no Brasil, a ABIN também observou os trabalhos a cargo da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), cuja regulamentação foi publicada em 22 de novembro de 2013, por meio da Resolução Nº 2, de 2013-CN.

Acrescente-se que, também no cumprimento de suas competências legais, a ABIN desenvolveu a atividade de Inteligência com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança da sociedade e do Estado brasileiro.

Cabe ressaltar que, a partir da experiência de anos anteriores, e considerando o compromisso institucional com o processo de melhoria e modernização da gestão pública, a Agência foi conduzida em 2013 no sentido de buscar o aperfeiçoamento das suas ações de planejamento e governança. Nessa realidade, a expectativa é de que neste relatório isso esteja adequadamente formalizado.

Por último, é importante enfatizar que a ABIN está pronta toda e qualquer providência que contribua para fortalecer o trabalho de acompanhamento e controle interno e externo de seu processo de gestão.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual

QUADRO 1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República			Código SIORG: 000027
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Agência Brasileira de Inteligência			
Denominação Abreviada: ABIN			
Código SIORG: 045104	Código LOA: 20118		Código SIAFI: 110120
Natureza Jurídica: Administração Pública Federal			CNPJ: 01175497/0001-41
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3445-8000	(061) 3445-8680	FAX (061) 3445-8422
Endereço Eletrônico: aplan@abin.gov.br			
Página na Internet: http://www.abin.gov.br			
Endereço Postal: Setor Policial Sul - SPO, Área 5, Quadra 1, Bloco "A", Brasília-DF. CEP: 70.610-905			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que cria a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008;			
- Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 037 - GSIPR/CH/ABIN, de 17 de outubro de 2008, e alterações introduzidas pela Portaria nº 030 - GSIPR/CH/ABIN, de 5 de agosto de 2009; e			
- Norma Administrativa nº 001 - ABIN, de 4 de agosto de 2008.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110120	Agência Brasileira de Inteligência		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
110120		00001	

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

A ABIN foi criada pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, sendo constituída como órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), com a responsabilidade de realizar as ações de Inteligência e de Contraineligência do país e fornecer subsídios à Presidente da República nos assuntos de interesse nacional, obedecidas à política e às diretrizes superiormente traçadas nos termos da lei.

São competências da ABIN: 1) planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do país; 2) planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República; 3) planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade; 4) avaliar ameaças, internas e externas, à ordem constitucional; e 5) promover o desenvolvimento de recursos humanos e a doutrina de Inteligência e realizar estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de Inteligência.

Em 2013 foram produzidos conhecimentos para assessorar o processo decisório do Governo Federal e apoiar as viagens oficiais e visitas presidenciais. Destaca-se que, durante o ano, a ABIN coordenou a atividade de Inteligência nos trabalhos vinculados à questão da segurança na Copa das Confederações e na Jornada Mundial da Juventude. Além disso, em ação conjunta com outros órgãos federais, tendo como pano de fundo a defesa dos interesses da sociedade e do Estado brasileiros, a Agência participou da Operação Tapajós, em apoio às pesquisas no complexo hidrelétrico do Tapajós, no Pará; da Operação Hiléia Pátria, contra o desmatamento de áreas federais protegidas na Amazônia; e da Operação Ágata VII, contra a ocorrência de ilícitos na faixa de fronteira.

1.3 Apresentação do Organograma Funcional – Estrutura Organizacional

Conforme o Decreto 6.408/2008, a ABIN é composta por órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral, órgãos específicos singulares e unidades estaduais (superintendências) dos tipos “A” e “B”.

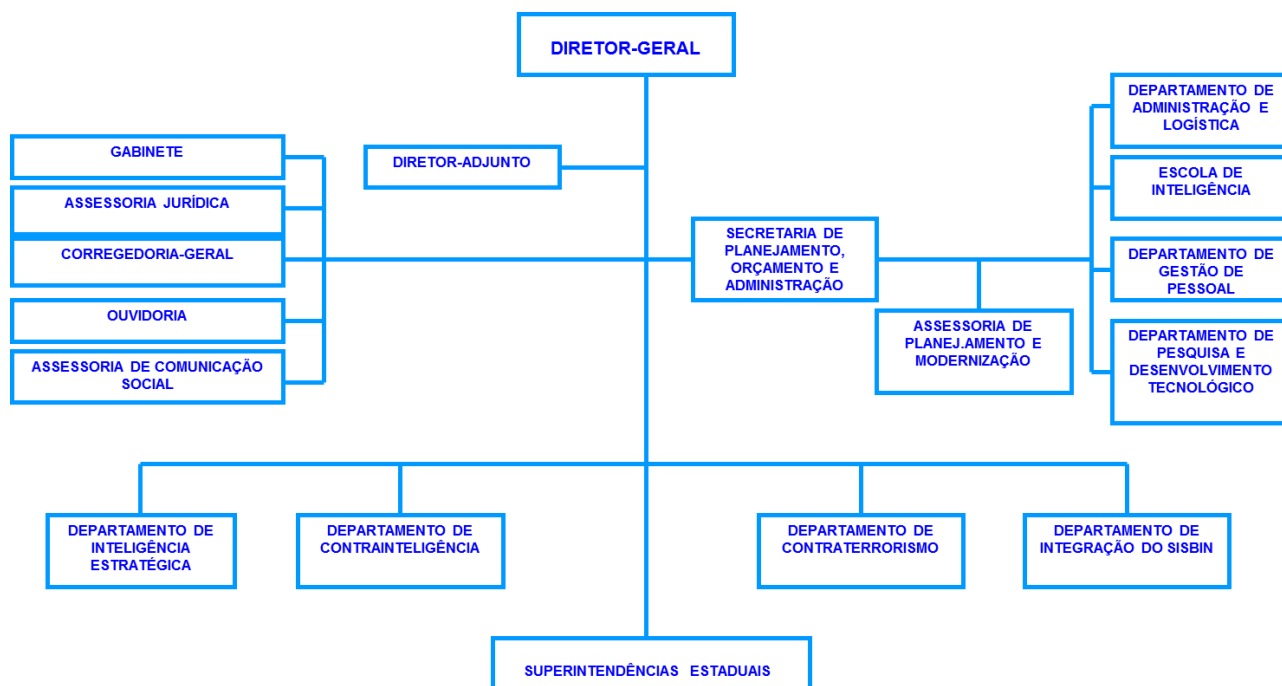
Os órgãos de assistência direta ao Diretor-geral prestam assessoria técnica e contribuem para o desenvolvimento e suporte da atividade finalística, enquanto os órgãos singulares, juntamente com as Superintendências Estaduais, são responsáveis pela produção e proteção do conhecimento e pela coordenação das atividades de Inteligência no âmbito do SISBIN.

O Diretor-adjunto (DADJ) e o Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) respondem junto ao Diretor-geral pela gestão técnica e administrativa das respectivas unidades subordinadas. Para fins de gestão, os Departamentos de Inteligência Estratégica (DIE), de Contraineligência (DCI), de Contraterrorismo (DCT), de Integração do SISBIN (DISBIN) e as unidades estaduais são subordinados, tecnicamente, ao Diretor-adjunto, e, administrativamente, ao SPOA.

No caso das unidades de assistência direta e imediata ao Diretor-geral, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) é responsável pela gestão técnica e administrativa da Assessoria de Planejamento e Modernização (APLAM), que elabora a proposta orçamentária e acompanha sua execução; do Departamento de Administração e Logística (DAL), que realiza a gestão administrativa do órgão; do Departamento de Gestão de Pessoal (DGP), que é responsável pelo gerenciamento dos recursos humanos, incluída parte da capacitação; do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (DPDT), que realiza pesquisas e o desenvolvimento de soluções de segurança da comunicação; e da Escola de Inteligência (ESINT), que realiza a capacitação de ABIN e dos órgãos do SISBIN em atividades de Inteligência.

Além das acima citadas, também são unidades de assistência direta e imediata ao Diretor-geral as seguintes: Gabinete; Assessoria de Comunicação Social (ACOM); Assessoria Jurídica (AJUR); Ouvidoria (OUV); e Corregedoria-Geral (COGER).

Para melhor visualizar a estrutura organizacional, apresenta-se abaixo o organograma da ABIN.



1.4 Macroprocessos Finalísticos

De modo geral, as atividades da ABIN são desenvolvidas em apoio às políticas públicas e estão contempladas no Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República, da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em nível de macroprocessos finalísticos, que orientam a atividade de Inteligência desenvolvida pela ABIN, destacam-se os seguintes: produção de conhecimentos, para subsidiar o processo decisório nacional; proteção de conhecimentos sensíveis; segurança das comunicações no âmbito da Administração Pública Federal e a coordenação do SISBIN. No contexto institucional, os mesmos se inserem na visão abaixo.



1.5 Macroprocessos de Apoio

Em nível de suporte técnico-administrativo estratégico à atividade de Inteligência, são considerados como macroprocessos de apoio: capacitação de servidores, comunicação social, desenvolvimento em ciência e tecnologia, assessoramento jurídico, modernização e melhoria de métodos e sistemas, logística, execução orçamentária e financeira e gestão de pessoas.

1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros são os membros do SISBIN, ou seja, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal que, direta ou indiretamente, produzem conhecimentos de interesse para as atividades de Inteligência, em especial aqueles responsáveis pela defesa, segurança interna e relações exteriores, definidos pelo Decreto nº 4376, de 13 de setembro de 2002. Com a edição do Decreto nº 8.149, de 10 de dezembro de 2013, o rol de membros do SISBIN foi ampliado, passando a contar com a participação de 19 Ministérios, representados diretamente e também por órgãos e entidades a eles vinculados.

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da Unidade

O processo de planejamento da Agência Brasileira de Inteligência foi instituído por meio da Portaria nº 187 – ABIN/GSIPR, de 10 de março de 2006, com o objetivo de consolidar a instituição como instrumento efetivo e imprescindível à segurança da sociedade e do Estado brasileiros até 2022. A linha de base do conceito estratégico institucional assenta-se no papel da Agência como órgão central do SISBIN com a finalidade de assessorar o(a) Presidente da República e os demais órgãos da Administração Pública Federal nos assuntos de interesse nacional.

A partir do pressuposto conceitual, foram estabelecidos como objetivos estratégicos:

- Tornar o produto ABIN essencial para o processo decisório;
- Aumentar o valor agregado do produto ABIN;
- Engajar os servidores na busca dos objetivos comuns;
- Adequar a estrutura e promover a adequação do ordenamento jurídico da ABIN.

Para a consecução dos objetivos estratégicos, o planejamento institucional da ABIN foi elaborado, considerando as seguintes áreas:

- a) **Produção do conhecimento** direcionada para as atividades de Inteligência e Contrainteligência, com a abordagem de questões de interesse estratégico para o Estado, dotadas de real valor agregado e de potencial para subsidiar o processo decisório nacional, em seu mais alto nível.
- b) **Salvaguarda de assuntos estratégicos**, visando proteger conhecimentos e tecnologias sensíveis que interessem à segurança da sociedade e do Estado.
- c) **Proteção institucional**, com a incumbência de prover o órgão de mecanismos e instrumentos necessários para proteger atividades e servidores das ações de pessoas, grupos e organizações, estatais e não estatais, que representem ameaça de qualquer natureza, ou que maculem a credibilidade ou a imagem institucional.
- d) **Obtenção de dados**, mediante a ampliação da capilaridade institucional no Brasil e no exterior para gerar dados de real valor agregado, visando a apoiar os trabalhos nas áreas de produção do conhecimento, salvaguarda de assuntos estratégicos e de proteção institucional.
- e) **Capacitação de servidores**, orientada prioritariamente para a formação, aperfeiçoamento e especialização de servidores da ABIN e do SISBIN.
- f) **Comunicação social**, articulada para desenvolver mecanismos e ações que contribuam para o fortalecimento da imagem institucional junto aos servidores, à sociedade brasileira e às distintas esferas governamentais.
- g) **Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia**, buscando prover, continuamente, a instituição de meios técnicos e condições adequadas para o cumprimento de suas atribuições institucionais e, subsidiariamente, atender demandas de outros órgãos governamentais.
- h) **Relações institucionais**, com a coordenação do SISBIN e a implementação de trabalhos de articulação com setores governamentais, em especial no âmbito do SISBIN, e privados para aprimorar a execução das atividades de Inteligência e promover o entendimento das reais características e especificidades da atividade de Inteligência de Estado.

- i) **Ordenamento jurídico**, com a realização sistemática de estudos e a elaboração de propostas que possibilitem dotar a Agência de mecanismos legais adequados e necessários à execução de sua missão institucional.
- j) **Métodos e processos**, com a incumbência de incorporar novas metodologias e desenvolver ações que objetivem aprimorar e modernizar permanentemente procedimentos e rotinas, de modo a conferir qualidade aos produtos fornecidos pela ABIN e a gerar melhores condições de trabalho para os servidores do órgão.
- k) **Administração e orçamento**, direcionada para prover permanentemente a ABIN com os recursos orçamentários, financeiros e materiais necessários e adequados ao atendimento das demandas da atividade de Inteligência e buscar, sistematicamente, a modernização das instalações e da infraestrutura.
- l) **Gestão de pessoas**, vocacionada para gerar mecanismos e instrumentos adequados à implementação de política inovadora de pessoal, que se revele capaz de garantir a dignidade do quadro funcional e de evitar vulnerabilidades ao longo do tempo.

Em nível de concepção, o planejamento foi desdobrado em três níveis:

1. **Institucional**, de maior perenidade temporal e contemplando os objetivos e diretrizes estratégicas;
2. **Estratégico**, com periodicidade quadrienal, não coincidente com mandatos governamentais e metas estratégicas; e
3. **Tático-operacional**, com periodicidade anual, definindo metas e ações específicas estruturadas a partir das diretrizes e demais orientações do Governo Federal, do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional e da Direção Geral da ABIN, consubstanciado em plano anual de atividades.

O atual ciclo de planejamento estratégico foi elaborado para vigor no período 2010-2014, tendo sido concluída a sua avaliação em dezembro de 2013. Além de ter sido objeto de ampla participação, esse processo resultou na construção do mapa estratégico e na estruturação de 16 projetos estratégicos.

Na consecução dos projetos elaborados no planejamento institucional, implementados desde 2010, o desempenho ficou condicionado a diferentes variáveis intervenientes e sofreu impacto de questões externas à organização, relevantes em nível de diretriz para funcionamento e rearranjo institucional, a exemplo de orientações ministeriais e demandas circunstanciais decorrentes da dinâmica social. Adicionalmente, cabe registrar o impacto resultante de restrições de ordem orçamentária, com destaque para o contingenciamento de recursos financeiros, a despeito de dotações e créditos existentes.

Internamente, foi identificada a necessidade de reforçar a estrutura de liderança e gerência de projetos, de forma a garantir a continuidade das ações independentemente das movimentações de servidores. As dificuldades de natureza técnica, orçamentária e político-institucional também levaram ao adiamento de modificações na forma de gestão, convergindo para a hipótese de se adotar um modelo matricial.

Os fatores de influência na execução do planejamento estratégico também refletiram, em graus variados, no planejamento de natureza tático-operacional, que tem por instrumento o Plano Anual de Atividades (PAA). Com base nas diretrizes e orientações de Governo, e levando em consideração a capacidade de execução da ABIN, o PAA 2013 procurou priorizar e distribuir com ponderação e razoabilidade os recursos entre os diversos projetos estratégicos.

Apesar da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Plano Plurianual da União, PPA 2012-2015, não incluir responsabilidade à ABIN para gerir programa governamental, balizou a atuação da Inteligência e foi considerado no planejamento anual da unidade.

Em 2013, o plano foi formulado e divulgado internamente, com a fixação de metas organizadas nas 12 áreas previstas para a atuação institucional, que refletem seus objetivos estratégicos para o ano, de forma a garantir a produção do conhecimento; a salvaguarda de assuntos estratégicos; a proteção institucional; a obtenção de dados para suporte às atividades de Inteligência; a capacitação de servidores; a adequada comunicação social para fortalecimento da imagem institucional; o desenvolvimento de ciência e tecnologia; o desenvolvimento das relações institucionais para apoiar a coordenação do SISBIN; o ordenamento jurídico adequado à execução das missões institucionais do órgão; o desenvolvimento de métodos e processos para o constante aprimoramento dos produtos e do trabalho na ABIN; a adequada gestão administrativa e orçamentária; e o aprimoramento da gestão de pessoas. O conjunto desses projetos visou assegurar que a ABIN desempenhasse satisfatoriamente suas funções como órgão de Inteligência.

Os riscos ao planejamento, como os de natureza orçamentário-financeira (restrições, limites de empenho para despesas com diárias e passagens) e os administrativos e de recursos humanos (restrições nos investimentos para a área de tecnologia, restrições para a nomeação de novos servidores, perspectiva de aposentadoria de elevado contingente em funções administrativas, readaptação de processos de trabalho e controles, capacitação de servidores) foram identificados, derivando também da análise de anos anteriores e de instrumentos de aferição, como a realização de pesquisa de clima organizacional. O conjunto dessas informações foi útil para orientar as áreas de planejamento e execução orçamentária na condução dos ajustes necessários, considerando o Orçamento Geral da União para a ABIN, conforme determinado pelas Portarias nº 267 e 268, de 30 de julho de 2013, do Ministério do Planejamento.

A estratégia de execução do PAA 2013 procurou compatibilizar o provimento de recursos para o desenvolvimento de atividades rotineiras e sistemáticas, vinculadas à estratégia organizacional, ao mesmo tempo em que foi enfatizada a execução célere e oportuna das despesas para estruturação e suporte à atividade fim da ABIN, em especial visando à montagem e funcionamento dos centros de Inteligência para atender à Copa das Confederações e à Jornada Mundial da Juventude, entre os grandes eventos realizados no Brasil. Também foram previstas ações preparatórias para suporte, operação e provimento da infraestrutura necessária ao trabalho de Inteligência na Copa do Mundo da FIFA 2014. O PAA reforçou, ainda, as questões voltadas à segurança corporativa e à segurança das comunicações.

Em nível geral, as ações da Agência foram orientadas para a produção de conhecimentos sobre ameaças e oportunidades com capacidade de influenciar a ação governamental e a segurança da sociedade e do Estado; proteção de conhecimentos sensíveis e estratégicos do país; prevenção de ações terroristas; desenvolvimento de tecnologia para a segurança das comunicações; capacitação e qualificação de servidores na atividade de Inteligência; intercâmbio de dados, informações e conhecimentos no âmbito do SISBIN; e manutenção das condições de funcionamento da sua infraestrutura técnica e administrativa.

Em 2013, as principais iniciativas para a execução da estratégia organizacional foram: 1) monitoramento sistemático de mais de 695 cenários institucionais do Sistema Georreferenciado de Apoio à Decisão da Presidenta da República (GeoPR); 2) elaboração de Sínteses Diárias para a Presidente da República com foco nos cenários institucionais com maior potencial de crise; 3) participação nas reuniões diárias do Centro de Segurança Institucional (CSI); 4) realização de 3 reuniões com os membros do SISBIN em Brasília/DF e de 60 reuniões nos estados, para promover a integração e o aumento no fluxo de informações; 5) coordenação das ações de Inteligência e instalação de centros de Inteligência nacional e regionais para apoiar operações de segurança das fronteiras e de grandes eventos, 6) ampliação do SISBIN de 31 para 35 membros, com a entrada da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, do Departamento Nacional de Infraestrutura de

Transportes, da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia e da Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações, em dezembro de 2013; 7) elaboração de análises de riscos para a segurança de grandes eventos e de infraestruturas estratégicas; 8) apoio à Casa Civil no processo de nomeação de cargos públicos; 9) implantação do Programa Nacional de Proteção de Conhecimentos Sensíveis (PNPC) e do Programa Nacional Estado-Empresa na área de Bens Sensíveis (Pronabens); e 10) formação e treinamento de servidores da ABIN e de órgãos federais, estaduais e municipais para a prática da atividade de Inteligência.

No âmbito do SISBIN destacaram-se ainda as ações de coordenação que geraram maior sinergia e integração entre os órgãos, a exemplo da sétima edição da Operação Ágata (fronteira brasileira) e da Operação Hiléia Pátria (região Amazônica).

Por meio do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC), a ABIN prestou assessoramento a diversos órgãos, entre eles a Fundação Oswaldo Cruz – Laboratório de Carbúnculo; o Laboratório Nacional Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco (Lanagro-PE/Mapa); a Superintendência Paraná do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (SPR/Ibama); o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (CDTN/MCTI); e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

No âmbito do programa Universidade e Inteligência (Unint), foram realizados eventos de sensibilização em algumas universidades, com destaque para: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal do Ceará (UFC).

Em 2013, a ESINT promoveu a capacitação de 1.583 servidores da ABIN e de órgãos integrantes ou conveniados ao Sistema Brasileiro de Inteligência, destacando-se as áreas do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça, das secretarias estaduais de Segurança Pública, das Agências Reguladoras e do Ministério do Meio Ambiente. Merece também destaque a capacitação de integrantes de serviços de Inteligência estrangeiros, representando cerca de 2% do total de alunos atendidos pela escola.

É fato que o adequado provimento de condições financeiras, de execução e de gestão à atividade de Inteligência - como o atendimento às necessidades de melhorias em sua infraestrutura, modernização dos equipamentos de comunicação, de processos de produção de conhecimentos, aumento da força de trabalho especializada e também na área técnico-administrativa - e dos mecanismos de governança assegurariam melhores resultados para a instituição e para atendimento às demandas de Inteligência dos usuários dos produtos da ABIN.

No período em questão não foram registradas alterações conceituais em relação aos macroprocessos da organização.

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.1 Programa Temático

Considerando o disposto na Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Plano Plurianual da União, PPA 2012-2015, e na Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013, esse item não se aplica à UJ, no tocante à responsabilidade por gerir programa de Governo.

2.2.2 Ações

Em relação às ações orçamentárias, considerando que a UJ tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados, as informações estão registradas no quadro A.2.2.3.1.

Para a ABIN foram estabelecidas metas físicas apenas para as ações “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes” (2004); “Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares” (2010);

“Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares” (2011); e “Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares” (2012).

2.2.2.1 Ações - OFSS

QUADRO 2.2.2.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL			
Título	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	PREVIDÊNCIA DE INAT. E PENS. UNIÃO Código:0089 Tipo: GESTÃO E MANUT					
Unidade Orçamentária	20118 – Agência Brasileira de Inteligência					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
121.121.000	140.977.921	140.765.851	140.765.851	140.765.851	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: OPERAÇÃO ESPECIAL			
Título	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES AO PSSS					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MAN. DA PR Código:2101 Tipo: GESTÃO E MANUT					
Unidade Orçamentária	20118 – Agência Brasileira de Inteligência					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
49.114.558	50.614.558	48.273.504	48.273.504	48.283.504	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	2004			Tipo: ATIVIDADE		
Título	ASSIST. MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MAN. DA PR Código:2101 Tipo: GESTÃO E MANUT					
Unidade Orçamentária	20118 – Agência Brasileira de Inteligência					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.856.080	4.293.538	4.186.093	4.186.093	4.186.093	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			unidade	3.168	3.082	3.082
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: ATIVIDADE			
Título	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MAN. DA PR Código:2101 Tipo: GESTÃO E MANUT					
Unidade Orçamentária	20118 – Agência Brasileira de Inteligência					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
166.440	166.440	125.426	125.426	125.426	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Criança atendida			Unidade	146	158	158
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: ATIVIDADE			
Título	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MAN. DA PR Código:2101 Tipo: GESTÃO E MANUT					
Unidade Orçamentária	20118 – Agência Brasileira de Inteligência					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
540.000	540.000	463.360	463.360	463.360	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	250	288	288
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	2012			Tipo: ATIVIDADE		
Título	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MAN. DA PR Código:2101 Tipo: GESTÃO E MANUT					
Unidade Orçamentária	20118 – Agência Brasileira de Inteligência					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.183.360	7.522.160	7.302.888	7.302.888	7.302.888	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	1.695	1.592	1.592
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	20TP			Tipo: ATIVIDADE		
Título	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MAN. DA PR Código:2101 Tipo: GESTÃO E MANUT					
Unidade Orçamentária	20118 – Agência Brasileira de Inteligência					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
253.390.104	260.290.104	254.057.527	253.560.623	253.555.936	4.687	496.904
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
430.000	179.588	250.412	-		-	-

Identificação da Ação						
Código	2684			Tipo: ATIVIDADE		
Título	AÇÕES DE INTELIGÊNCIA					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MAN. DA PR Código:2101 Tipo: GESTÃO E MANUT					
Unidade Orçamentária	20118 – Agência Brasileira de Inteligência					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
55.974.000	55.974.000	45.388.063	39.413.560	39.399.764	13.796	5.974.503
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
-			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-		-	-

2.2.2.2 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

A seguir é informada a situação de RP de ações que não constaram na LOA 2013, por terem sido unificadas na ação 2684 (Ações de Inteligência).

QUADRO 2.2.2.2 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR - OFSS

Identificação da Ação					
Código	2000			Tipo: ATIVIDADE	
Título	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MAN. DA PR Código:2101 Tipo: GESTÃO E MANUT				
Unidade Orçamentária	20118				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
7.863.529	5.256.246	1.954.399	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	2272			Tipo: ATIVIDADE	
Título	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	INTELIGÊNCIA FEDERAL		Código: 0641 Tipo: SERVIÇOS AO ESTADO		
Unidade Orçamentária	20118				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
173.495	8.874	150.824	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	2671			Tipo: ATIVIDADE	
Título	OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO E TRANSM. DE DADOS				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	INTELIGÊNCIA FEDERAL		Código: 0641 Tipo: SERVIÇOS AO ESTADO		
Unidade Orçamentária	20118				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
328.529	300	328.229	-	-	-

Identificação da Ação					
Código	2A80			Tipo: ATIVIDADE	
Título	CAPACITAÇÃO DE PESSOAS PARA ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	INTELIGÊNCIA FEDERAL			Código: 0641 Tipo: SERVIÇOS AO ESTADO	
Unidade Orçamentária	20118				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
30.642	18.000	12.642	-	-	-

Identificação da Ação					
Código		4572		Tipo: ATIVIDADE	
Título		CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS			
Iniciativa					
Objetivo		Código:			
Programa		INTELIGÊNCIA FEDERAL		Código: 0641 Tipo: SERVIÇOS AO ESTADO	
Unidade Orçamentária		20118			
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
3.624	-	3.624	-	-	-

2.2.2.3 Análise Situacional

O orçamento da ABIN, incluindo pessoal, benefícios, custeio e investimento, foi aprovado na LOA 2013 com o valor de R\$ 490,3 milhões. Ao longo do ano ocorreram suplementações e contingências determinadas pelo Ministério do Planejamento, que resultaram no montante autorizado de R\$ 513 milhões. Desse total, foram emitidos empenhos com 98,2% do valor autorizado.

As despesas de custeio e de investimento com “Ações de Inteligência” tiveram, proporcionalmente, maior contingenciamento. O valor inicial da LOA, de R\$ 55,9 milhões, fechou o mês de dezembro com o montante autorizado de R\$ 48,6 milhões, sendo que praticamente 100% foram empenhados.

Destaca-se que as dotações orçamentárias consignadas na LOA, para atender despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios, foram insuficientes para o encerramento do exercício. A UJ evidenciou isso à setorial orçamentária e obteve suplementação de R\$ 1.500.000,00 em “Programa de Seguridade Social do Servidor (PSSS)”, R\$ 10.900.000,00 em “Pessoal Civil Ativo”, e R\$ 19.856.921,00 em “Aposentados e Pensionistas”, além de R\$ 1.338.800,00 em “Auxílio-Alimentação” e R\$ 602.000,00 em “Assistência Médica”.

Próximo ao encerramento do exercício financeiro, o valor suplementado de R\$ 10.900.000,00 em “Pessoal Civil Ativo” se mostrou acima do que seria necessário, resultando na devolução de R\$ 4.000.000,00 para a Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Os principais resultados de gestão da ABIN, em 2013, foram abordados em tópicos específicos ao longo deste relatório, permanecendo a meta de aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento da gestão e aprimorar a governança.

Nesse sentido, o monitoramento do desempenho institucional da ABIN foi realizado com base em indicadores, aprovados em portarias internas, e estão correlacionados aos macroprocessos organizacionais, sendo utilizados para a avaliação de desempenho dos servidores, em consonância com as orientações emanadas do Ministério do Planejamento.

Contemplando essa metodologia, foram aferidos os seguintes resultados para o ciclo compreendido entre 1º/9/2012 a 31/8/2013:

Nº	Indicador	Instrumento de Controle	Unidade Responsável	Meta	Resultado Atingido
1	Porcentagem de Relints considerados relevantes em relação ao total de Relints avaliados pelo GSI	Ficha de Avaliação de Relint	GAB	100%	100%
2	Porcentagem de Relints considerados oportunos em relação ao total de Relints avaliados pelo GSI	Ficha de Avaliação de Relint	GAB	100%	100%
3	Porcentagem de Relints considerados úteis em relação ao total de Relints avaliados pelo GSI	Ficha de Avaliação de Relint	GAB	100%	91%
4	Porcentagem de cenários publicados no GEOPR em relação ao total de cenários de segurança institucional	Sistema GEOPR	DIE	100%	100%
5	Porcentagem de cenários atualizados no GEOPR em relação ao total de cenários de segurança institucional	Sistema GEOPR	DIE	100%	100%
6	Porcentagem de relatórios difundidos pelo GSI em relação ao total de relatórios elaborados pela ABIN	Ficha de Avaliação de Relint	GAB	93%	65%
7	Porcentagem de alunos satisfeitos com cursos ofertados pela ESINT	Avaliação de Reação	ESINT	82%	97%
8	Porcentagem de instituições do SISBIN e unidades da ABIN satisfeitas com o treinamento de seus servidores em cursos na ESINT	Avaliação de Impacto	ESINT	83%	97%
		Total de metas atingidas: 6, correspondendo a 75% do total de metas			

O percentual alcançado, de 75% do total de metas, corresponde ao fixado pela instituição como resultado desejável para o período. Em relação às metas não atingidas, a avaliação é de que os itens correspondentes não estão vinculados à capacidade de governança da ABIN, sendo seus resultados derivados de ação da instância superior, no caso o Gabinete de Segurança Institucional.

Ressalta-se ainda que não havia séries históricas disponíveis para calibrar adequadamente as metas desejadas à realidade apresentada, uma vez que os indicadores, acima mencionados, foram utilizados pela primeira vez no 3º Ciclo de Avaliação do Desempenho Institucional. Isso levou à necessidade de ajustar a meta estabelecida para o período seguinte, iniciado em 1º de setembro de 2013, com término previsto em 31 de agosto de 2014.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Por se tratar de órgão da Administração Pública Federal, vinculado à Presidência da República, não se aplica à UJ o item “Remuneração Paga a Administradores” (correspondente ao item 3.3 da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013).

3.1 Estrutura de Governança

No âmbito do controle interno da gestão, relativo à aplicação de verbas orçamentárias, a ABIN é fiscalizada pela Secretaria de Controle Interno (CISSET) da Secretaria-Geral da Presidência da República, a qual cabe realizar auditorias sobre a gestão dos recursos públicos federais consignados aos órgãos integrantes da Presidência da República. O Diretor-geral da ABIN conta com os serviços de um assessor de controle interno, conforme o disposto no Decreto 6.408, de 24 de março de 2008, que aprovou a estrutura regimental da Agência.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO 3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantam ou incentivem a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou do código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Atividades de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os				X	

riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			

Análise crítica:

A ABIN vem trabalhando para aperfeiçoar seus mecanismos de controle interno, de forma que essa melhoria confira maior eficiência e eficácia à gestão da atividade de Inteligência e à governança da instituição. Com relação aos itens abordados neste quadro, faz-se importante comentar:

Ambiente de Controle: a instituição conta com sistemas de coleta, armazenamento, análise e difusão de informações para fins gerenciais e produção de conhecimentos. Em razão da necessidade de aperfeiçoamento, em especial nas áreas de administração e de recursos humanos, estão sendo desenvolvidos sistemas integrados no projeto denominado CICLO ABIN, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, destacando-se o uso pleno ou parcial dos módulos de gestão administrativa e de recursos humanos em 2013.

Avaliação de Riscos: no que se refere à gestão de riscos, a instituição desenvolveu e aplica metodologia própria, denominada “Avaliação de Riscos com Ênfase na Ameaça” (ARENA), para a análise de infraestruturas estratégicas e apoio à segurança de grandes eventos. A ABIN também trabalhou para melhorar o controle de bases de dados e avançar no processo de certificação digital.

Procedimentos de Controle: como parte do planejamento estratégico da instituição foi desenvolvida pesquisa de clima organizacional e se iniciou levantamento de custos de cada unidade da ABIN, no propósito de obter subsídios para reforçar a governança institucional.

Informação e Comunicação: o fluxo de informações foi facilitado internamente por sistemas estruturados em ambiente de rede (protocolo) e por ferramentas de comunicação disponíveis no portal da intranet.

Monitoramento: apesar de ainda não formalizado, o processo para monitoramento da efetividade dos controles foi analisado, com vistas à futura aprovação de processo de planejamento e acompanhamento da gestão da ABIN.

LEGENDA:

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 Sistema de Correição

A Corregedoria-Geral da Agência Brasileira de Inteligência é órgão de assistência direta e imediata ao Diretor-geral. Foi criada pelo Decreto nº 6.408/2008 e tem como competências, entre outras estabelecidas na Seção V, do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 037/GSIPR de 17 de outubro de 2008: atuar na interpretação e no cumprimento da legislação pertinente à atividade disciplinar; controlar, fiscalizar e avaliar os trabalhos das comissões de disciplina, entre outros; e coibir os desvios de conduta funcional na defesa do interesse e do patrimônio públicos.

Além disso, integra o Sistema de Correições do Poder Executivo Federal como unidade seccional, nos termos do § 3º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, com vinculação normativa à Corregedoria-Geral da União, órgão central do SISCOR, conforme redação dada pelo Decreto nº 7.128 de 11 de março de 2010.

O controle estatístico dos procedimentos de natureza disciplinar decididos em 2013 registra que foram realizados 5 Processos Administrativos Disciplinares (PADs), 6 sindicâncias e 8 sindicâncias investigativas, que resultaram na aplicação das seguintes penalidades: 3 advertências, 5 suspensões e 2 demissões. Ainda, foram instauradas 6 investigações preliminares, sendo que 2 foram arquivadas e as demais não foram concluídas em 2013.

Com o objetivo de orientar, controlar e executar procedimentos administrativos disciplinares, a Corregedoria-Geral elaborou, em 2013, o Manual Prático de Procedimentos Administrativos Disciplinares da Agência Brasileira de Inteligência, considerando o contido nos Títulos IV e V, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, e demais legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes.

3.4 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 - CGU

Em razão de a ABIN não participar plenamente do SIAPE, o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) não pode ser alimentado, em prejuízo do preconizado pela portaria da CGU acima referida.

Na tentativa de viabilizar solução, foi tentada a implementação com uso do CPF/SERVIDOR, circunstância que encontrou resistência em impedimento de ordem legal – visto que a Lei nº 9.983, de 7 de dezembro de 1999, que institui o Sistema de Inteligência Brasileira e cria a Agência Brasileira de Inteligência, impede a veiculação de nomes de servidores em exercício na ABIN.

Não obstante, a Corregedoria-Geral, atenta ao contido nos incisos V e VI, do art. 5º, do Decreto nº 5.480/2005, tem encaminhado, com a regularidade e periodicidade exigidas, as devidas comunicações ao órgão central do sistema CGU, contendo dados consolidados sobre os resultados dos procedimentos disciplinares (processos administrativos e sindicâncias) e a aplicação de penas, além de manter registro atualizado da tramitação e resultado dos processos e expedientes em curso.

3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Em 2013, a Agência ainda não dispunha de modelo formal com indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade de seus controles, mas está entre suas metas aperfeiçoar rotinas de controle, de forma a acompanhar e assegurar o alcance de objetivos estratégicos. A par disso, foram utilizados mecanismos de controle pontuais, alinhados à estratégia estabelecida, com o objetivo de mitigar os riscos à consecução das metas.

Especialmente no que se refere à gestão de riscos, a instituição trabalhou a possibilidade de adaptar a metodologia “Avaliação de Riscos com Ênfase na Ameaça” (ARENA), desenvolvida internamente e aplicada na avaliação de infraestruturas estratégicas e na elaboração de relatórios para apoio à segurança de grandes eventos, buscando gerar um modelo de avaliação de riscos institucionais.

A existência de ferramenta já desenvolvida e a experiência acumulada, bem como a incorporação da cultura de avaliação de riscos na organização, são facilitadores para que o futuro modelo institucional seja adequadamente implantado.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Tendo em vista não terem sido realizados registros no ano de 2013, deixou de ser informado o item “Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos” (correspondente ao item 4.2 - da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013).

Com relação ao item 4.4 – Suprimento de Fundos –, não foram apresentados os quadros sobre “Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)” e sobre “Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador” (correspondentes aos quadros A.4.5.2 e A.4.5.3, da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013), considerando as atividades de Inteligência desenvolvidas pela ABIN. A divulgação poderia levar à identificação de ações resguardadas por sigilo, cuja proteção tem amparo na Lei nº 9.883/1999.

Em face da natureza jurídica da UJ, não foram preenchidas as informações referentes a “Renúncias sob a gestão da UJ” e “Gestão de Precatórios” (correspondentes aos itens 4.6 e 4.7 do mesmo instrumento normativo).

4.1 Execução das Despesas

4.1.1 Programação

QUADRO 4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária: Agência Brasileira de Inteligência			Código UO: 20118		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL			423.625.662		61.666.880	
CRÉDITOS	Suplementares		32.256.921		1.940.800	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados		4.000.000		164.542		
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			451.882.583		63.443.138	
Dotação final 2012(B)			432.932.740		58.851.317	
Variação (A/B-1)*100			4,38%		7.80%	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			5.053.000			
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos	1.684.333			
Créditos Cancelados		1.684.333				
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			5.053.000			
Dotação final 2012(B)			11.559.333			
Variação (A/B-1)*100			-56,29%			

4.1.1.1 Análise Crítica

Dos valores disponibilizados inicialmente na LOA para pagamento de outras despesas correntes, houve impacto na ação intitulada “Ações de Inteligência”, cujas dotações seriam suficientes até o encerramento do exercício financeiro. Entretanto, ajustes impostos pela setorial orçamentária implicaram na redução de R\$ 7.355.000,00 no valor disponível de R\$ 50.921.000,00, provocando o adiamento de algumas contratações previstas para 2013. Também repercutiu no orçamento de 2014, na medida em que alguns pagamentos de 2013 foram adiados para janeiro de 2014, mediante o reconhecimento de dívida.

Em despesas de capital, registra-se que o crédito extraordinário de R\$ 1.684.333,00, aberto em 2012 e reaberto em 2013, visando garantir a execução de projetos estratégicos do governo federal nos primeiros meses de 2013, foi cancelado, uma vez que os investimentos programados para a Copa das Confederações puderam se realizar com recursos do orçamento ordinário da ABIN e provenientes da cooperação com a SESGE.

A redução de 56,29% na dotação de recursos para investimento, comparativamente ao ano anterior, deveu-se ao fato de a ABIN ter recebido suplementação de recursos em 2012 para aquisições de material permanente, em benefício das atividades de Inteligência na Copa das Confederações.

Dado o quadro de restrição orçamentária verificado após o mês de agosto de 2013, com a redução dos limites de emissão de empenho pela setorial orçamentária, a UJ priorizou o atendimento das demandas, a exemplo daquelas referentes a contratos continuados e despesas inadiáveis, que apresentavam risco iminente à integridade física dos servidores e à preservação do patrimônio público estrutural.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Em relação às movimentações de créditos, tendo em vista que a ABIN tem sua execução orçamentária e financeira centralizada na sede em Brasília-DF, e não há execução por parte das superintendências estaduais, estão sendo prestadas somente as informações referentes à “Movimentação Orçamentária Externa por grupo de despesa” (correspondente ao quadro A.4.1.2.2, da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013).

QUADRO 4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedent e	Recebedor a		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	110120	110060	2684	-	-	81.388
		110407		-	-	1.235.524
		110511		-	-	335.417
		153103		-	-	500.000
		170100		-	-	78.109
		170131		-	-	399.846
		170339		-	-	2.005
		170345		-	-	116.778
		173057		-	-	475.858
Recebidos	201002	110120	20U0	-	-	13.655
	201002		8861	-	-	9.075
	200248		14VN	-	-	4.330.302
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedent e	Recebedor a		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	200248	110120	14VN	6.299.248	-	

Comentários

As dotações concedidas referem-se a: 1) despesas para atender rateio de condomínio por uso de imóvel da União, cedido para funcionamento de oito superintendências da ABIN; 2) despesas vinculadas a termo de cooperação com a UFRN para desenvolvimento de sistemas gerenciais; e 3) termo de cooperação técnica com a finalidade de custear a participação em operações conjuntas do SISBIN (Operação Ágata VII).

As dotações recebidas referem-se a: 1) reposição de material gráfico para atender demandas de outros órgãos do Governo Federal; 2) despesas vinculadas a termo de cooperação, ajustado com a SESGE, para implementação do Centro de Inteligência Nacional (CIN) e dos centros regionais (CIRs).

O valor recebido de R\$ 6.299.248,00 foi integralmente gasto com material de tecnologia da informação em benefício dos trabalhos de Inteligência referentes à Copa do Mundo da FIFA 2014.

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO 4.1.3.1– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Unidade Orçamentária: Agência Brasileira de Inteligência		Código UO: 20118		UGO:
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	17.613.126	16.770.075	17.601.389	16.770.075
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	17.613.126	16.770.075	17.601.389	16.770.075
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	6.382.955	4.090.136	6.380.896	4.090.136
h) Dispensa	5.130.415	2.932.980	5.129.375	2.932.980
i) Inexigibilidade	1.252.540	1.157.156	1.251.521	1.157.156
3. Regime de Execução Especial	10.458.421	9.391.327	10.458.421	9.391.327
j) Suprimento de Fundos	10.458.421	9.391.327	10.458.421	9.391.327
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	444.395.059	421.881.956	444.390.372	421.881.956
k) Pagamento em Folha	442.599.978	417.914.776	442.595.291	442.595.291
l) Diárias	1.795.081	3.967.180	1.795.081	3.967.180
5. Outros	15.241.742	14.739.089	15.241.742	14.739.083
6. Total (1+2+3+4+5)	494.091.303	466.872.583	494.074.820	466.872.577

4.1.3.2. Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

QUADRO 4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária: Agência Brasileira de Inteligência		Código UO: 20118		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	17.613.126	16.770.075	17.601.389	16.770.075	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	
c) Concorrência	-	-	-	-	
d) Pregão	17.613.126	16.770.075	17.601.389	16.770.075	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	6.382.955	4.090.136	6.380.896	4.090.136	
h) Dispensa	5.130.415	2.932.980	5.129.375	2.932.980	
i) Inexigibilidade	1.252.540	1.157.156	1.251.521	1.157.156	
3. Regime de Execução Especial	10.458.421	9.391.327	10.458.421	9.391.327	
j) Suprimento de Fundos	10.458.421	9.391.327	10.458.421	9.391.327	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	444.395.059	421.881.956	444.390.372	421.881.956	
k) Pagamento em Folha	442.599.978	417.914.776	442.595.291	442.595.291	
l) Diárias	1.795.081	3.967.180	1.795.081	3.967.180	
5. Outros	15.241.742	14.739.089	15.241.742	14.739.083	
6. Total (1+2+3+4+5)	494.091.303	466.872.583	494.074.820	466.872.577	

4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

QUADRO 4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Agência Brasileira de Inteligência						Código UO: 20118	UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal	443.096.882	417.484.777	442.599.979	417.054.777	496.904	430.000	442.595.292	417.054.777
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas	249.632.733	241.951.921	249.435.830	241.921.921	196.904	30.000	249.431.143	241.921.921
319001 – Aposentadorias do RPPS	120.533.669	104.286.058	120.533.669	104.286.058	-	-	120.533.669	104.286.058
319113 – Obrigações Patronais	49.873.891	48.841.248	49.873.891	48.841.248	-	-	49.873.891	48.841.248
Demais elementos do grupo	23.056.589	22.405.550	22.756.589	22.005.550	300.000	400.000	22.756.589	22.005.550
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	52.412.931	52.729.756	50.001.299	47.978.018	2.411.631	4.751.737	49.987.504	47.976.014
339039 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	33.675.406	33.273.191	31.479.780	29.237.034	2.195.626	4.036.156	31.466.167	29.237.034
339346 – Auxílio-Alimentação	7.302.888	6.010.683	7.302.888	6.010.683	-	-	7.302.888	6.010.683
339093 – Indenizações e Restituições	5.422.652	4.152.209	5.397.631	4.111.303	25.020	40.906	5.397.631	4.111.303
Demais elementos do grupo	6.011.985	9.293.673	5.821.000	8.618.998	190.985	674.675	5.820.818	8.616.994
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos	5.049.098,00	4.307.525,00	1.490.026,00	989.318,00	3.562.872,00	1.603.826,00	1.490.026,00	989.318,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente	3.527.317	2.247.064	297.945	989.318	3.229.372	1.257.746	297.945	989.318
449051 – Obras e Instalações	-	1.714.381				1.714.381		-
449039 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	1.521.781	343.580	1.188.281		333.500	343.580	1.188.281	
Demais elementos do grupo	3.800	2.500	3.800			2.500	3.800	
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

QUADRO 4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária: Agência Brasileira de Inteligência							Código UO: 20118	UGO:
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal	443.096.882	417.484.777	442.599.979	417.054.777	496.904	430.000	442.595.292	417.054.777
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas	249.632.733	241.951.921	249.435.830	241.921.921	196.904	30.000	249.431.143	241.921.921
319001 – Aposentadorias do RPPS	120.533.669	104.286.058	120.533.669	104.286.058	-	-	120.533.669	104.286.058
319113 – Obrigações Patronais	49.873.891	48.841.248	49.873.891	48.841.248	-	-	49.873.891	48.841.248
Demais elementos do grupo	23.056.589	22.405.550	22.756.589	22.005.550	300.000	400.000	22.756.589	22.005.550
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	52.412.931	52.729.756	50.001.299	47.978.018	2.411.631	4.751.737	49.987.504	47.976.014
339039 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	33.675.406	33.273.191	31.479.780	29.237.034	2.195.626	4.036.156	31.466.167	29.237.034
339346 – Auxílio-Alimentação	7.302.888	6.010.683	7.302.888	6.010.683	-	-	7.302.888	6.010.683
339093 – Indenizações e Restituições	5.422.652	4.152.209	5.397.631	4.111.303	25.020	40.906	5.397.631	4.111.303
Demais elementos do grupo	6.011.985	9.293.673	5.821.000	8.618.998	190.985	674.675	5.820.818	8.616.994
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos	5.049.098,00	4.307.525,00	1.490.026,00	989.318,00	3.562.872,00	1.603.826,00	1.490.026,00	989.318,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente	3.527.317	2.247.064	297.945	989.318	3.229.372	1.257.746	297.945	989.318
449051 – Obras e Instalações	-	1.714.381				1.714.381		-
449039 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	1.521.781	343.580	1.188.281		333.500	343.580	1.188.281	
Demais elementos do grupo	3.800	2.500	3.800			2.500	3.800	

5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO 4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.819.518	794.088	2.819.518	794.088
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	2.819.518	794.088	2.819.518	794.088
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	90	18.000	90	18.000
h) Dispensa	90	18.000	90	18.000
i) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	1.987.242	1.038.350	1.987.424	1.038.350
j) Suprimento de Fundos	1.987.242	1.038.350	1.987.242	1.038.350
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.114.528	-	1.114.528	-
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	1.114.528	-	1.114.528	-
5. Outros	21.612	2.187.424	21.612	2.187.424
6. Total (1+2+3+4+5)	5.942.990	4.037.862	5.942.990	4.037.862

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	4.291.110	3.533.863	3.384.508	3.497.863	968.524	36.000	3.384.508	3.497.863
339039 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.938.186	1.092.351	1.989.662	1.056.351	948.524	36.000	1.989.662	1.056.351
339014 – Diárias Pessoal Civil	1.114.528	2.053.509	1.114.528	2.053.509	-	-	1.114.528	2.053.509
339033 – Passagens e Despesas com Locomoção	238.396	222.013	238.396	222.013	-	-	238.396	222.013
Demais elementos do grupo	61.922	165.990	41.922	165.990	20.000	-	41.922	165.990
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos	6.299.248	540.000	2.558.481	540.000	3.740.766	-	2.558.481	540.000
449052 – Equipamentos e Material Permanente	6.299.248	540.000	2.558.481	540.000	3.740.766	-	2.558.481	540.000
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

No que concerne à realização da despesa, é pertinente ressaltar a redução com diárias ocorrida entre os exercícios de 2012 e 2013, na ordem de 54,75%, em um esforço de redução e racionalização dos gastos desta UJ.

Merece também destaque a prioridade em utilizar a modalidade de licitação pregão na contratação de serviços e na compra de produtos, estimulada pelo Governo Federal como forma de proporcionar maior transparência e celeridade aos procedimentos de execução da despesa pública.

4.2 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 4.2 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	8.499.944	5.486.879	2.360.181	652.884
2011	567.553	9.174	558.379	-
2010	170.513	-	-	170.513
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	2.004	-	2.004	-
2011	660	660	-	-
2010	6.800	6.800	-	-

4.2.1 Análise Crítica

Apesar de ter sido adotada a estratégia de eliminar as pendências de restos a pagar, realizando o maior número de quitações no primeiro semestre do exercício financeiro para amenizar o impacto negativo de postergação de pagamento por bens ou serviços contratados, os valores inscritos apresentaram majoração no ano de 2013. Isso ocorreu por circunstâncias de natureza técnico-operacional, sobretudo na evolução das aquisições que ocorreram, em maior monta, nos meses finais do exercício anterior para atender ao planejado na estruturação dos centros de Inteligência da Copa do Mundo da FIFA 2014.

A não liquidação e cancelamento de restos a pagar de anos anteriores decorreu de questionamentos no âmbito judicial, determinações legais e de questões de execução contratual. Em relação a valores inscritos em 2010, referem-se à prestação de serviços de emissão de bilhetes de passagens aéreas, onde ocorreram glosas que estão sendo discutidas judicialmente. O valor inscrito no ano de 2011 foi cancelado em 2013, conforme preconizava o Decreto n.º 7.654, de 23 de dezembro de 2011. Os valores inscritos em 2012 foram parcialmente cancelados em razão de questões contratuais ou por interesse da Administração. Os saldos a pagar aguardam o fornecimento de bens, a conclusão da prestação de serviços, ou a definição de pendências judiciais para liquidação da despesa e posterior pagamento às empresas, quando for o caso.

4.3 Transferências de Recursos

4.3.1 Relação dos Instrumentos de transferência vigentes no exercício

QUADRO 4.3.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA									
CNPJ: 01.175.497/0001-41					UG/GESTÃO: 110120/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	005/2013	00.394.460/0468-00	10.500	-	2.005	2.005	04/13	07/13	1
3	009/2013	00.394.452/0551-88	1.235.524	-	1.235.524	1.235.524	04/13	07/13	1
3	01/2010	24.365.710/0001-83	2.650.000	-	500.000	2.650.000	11/10	12/13	1
LEGENDA: Modalidade: 1. Convênio; 2. Contrato de Repasse; 3. Termo de Cooperação; 4. Termo de Compromisso. Situação da Transferência: 1. Adimplente; 2. Inadimplente; 3. Inadimplência Suspensa; 4. Concluído; 5. Excluído; 6. Rescindido; e 7. Arquivado.									

Fonte: APLAM/ABIN e SIAFI

4.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO 4.3.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					
CNPJ	01.175.497/0001-41					
UG/GESTÃO	110120/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	3	1	1	1.737.529	550.000	1.050.000
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	3	1	1	1.737.529	550.000	1.050.000

Fonte: APLAM/ABIN e SIAFI

4.3.3 Informações sobre Prestação de Contas relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO 4.3.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Termo de Cooperação

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					
CNPJ: 01.175.497/0001-41		UG/GESTÃO: 110120/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	3	-
		Montante Repassado	-	1.737.529	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	550.000	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	1.050.000	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: APLAM/ABIN e SIAFI

4.3.4 Informações sobre a análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

QUADRO 4.3.4 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE TERMOS DE COOPERAÇÃO

Posição 31/12/2013

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					Valores em R\$ 1,00	
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA						
CNPJ: 01.175.497/0001-41			UG/GESTÃO: 110120/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Termo de Cooperação	
2013	Quantidade de Contas Prestadas			-	3	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	3	
			Quantidade Reprovada	-	-	
			Quantidade de TCE	-	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	1.737.529	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
			Montante Repassado (R\$)	-	-	
			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
				Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE		-	-	
		Montante Repassado (R\$)		-	-	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-		
Montante Repassado (R\$)		-	-			
2012	Quantidade de contas prestadas			-	1	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	1		
		Quantidade Reprovada	-	-		
		Quantidade de TCE	-	-		
		Montante repassado	-	550.000		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-		
		Montante repassado (R\$)	-	-		
2011	Quantidade de Contas Prestadas			-	1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	1		
		Quantidade Reprovada	-	-		
		Quantidade de TCE	-	-		
		Montante Repassado	-	1.050.000		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-		
Montante Repassado		-	-			
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-		
		Montante Repassado	-	-		
Fonte: APLAM/ABIN e SIAFI						

4.3.5 Análise Crítica

No período analisado não ocorreu nenhuma situação de prestação de contas inadimplente. Também não foram verificadas oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios. As prestações de contas obedeceram aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios.

Em relação às prestações de contas referentes às transferências expiradas em 2013, os procedimentos de verificação foram eficientes e eficazes, tendo havido disponibilidade adequada de recursos e materiais para realizar a análise.

A ABIN conta com estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, com tal condição de fiscalizar a execução dos planos de trabalho contratados. Além disso, as transferências têm sido efetivas para a execução descentralizada das políticas públicas a cargo da organização.

A Agência realizou transferência de recursos conforme pactuado com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte em termo de cooperação técnica e plano de trabalho. Em decorrência, a contraparte disponibilizou o código do sistema composto por vários módulos para a gestão administrativa e de recursos humanos, atualizações semanais das funcionalidades e novos módulos demandados pela rede de cooperação composta pelos órgãos federais. No ano de 2013, conforme o cronograma pactuado, as atividades englobaram cooperação para a implementação, homologação e/ou disponibilização de vários módulos.

Houve também a descentralização de créditos para os órgãos parceiros do SISBIN, que atuaram em atividades na Operação Ágata de 2013.

4.4 Suprimento de Fundos

A UJ utilizou o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF para realizar despesas de natureza ostensiva, observando as disposições dos Decretos nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005 e 6.370, de 1º de fevereiro de 2008.

A UJ não utiliza a Conta tipo “B” para concessão de suprimento de fundos.

A relação dos portadores de CPGF, bem como as despesas realizadas em caráter sigiloso, conforme as peculiaridades da atividade de Inteligência desenvolvida pela ABIN, podem levar à identificação de ações protegidas por sigilo. Por essa razão e com amparo na Lei nº 9.883/1999, a relação dos portadores e os gastos efetuados por meio de CPGF deixam de ser informados no presente documento, conforme previsão no Art. 6º, da Decisão Normativa – TCU nº 127, de 15 de maio de 2013. Não foram preenchidos os quadros com informações sobre “Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)” e sobre “Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador” (correspondentes aos quadros A.4.5.2 e A.4.5.3, da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013).

4.4.1 Suprimento de Fundos - Despesas Realizadas por meio da Conta tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (série histórica)

QUADRO 4.4.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			4	2.823,26	17	7.108,53	9.931,79
2012			21	10.983,20	20	10.823,67	21.806,87
2011			57	31.857,92	60	71.840,93	103.698,85

Fonte: DAL/ABIN

4.4.2 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO 4.4.2 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	21	9.931,79	41	21.806,87	117	103.698,85

Fonte: DAL/ABIN

4.4.3 Análise Crítica

Ao longo dos três últimos exercícios financeiros houve significativa redução na quantidade e nos valores dos suprimentos de fundos ostensivos concedidos. Isso foi resultado da racionalização nas despesas com material de consumo e serviços por meio de suprimento de fundos ostensivo, em cumprimento às determinações e recomendações do TCU. Os suprimentos foram orientados para utilizarem a modalidade somente nos casos estritamente necessários, observada a excepcionalidade e quando o procedimento não puder ser realizado pelo regime geral de contratação.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Em razão da natureza da atividade de Inteligência desenvolvida pela ABIN, que tem resguardada a publicação de determinados dados organizacionais – incluindo o funcionamento, atribuições, atuação e especificações dos respectivos cargos e movimentação dos seus titulares –, conforme a Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999, foram suprimidas as informações e os quadros referentes a “Lotação”, “Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade” e “Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade” (correspondentes aos itens 5.1.1.1, 5.1.2.2 e 5.1.2.3 da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013), com amparo no Art. 6º, da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013. Essas informações foram sistematizadas e se encontram à disposição para consulta dos órgãos de controle.

5.1 Estrutura de pessoal da Unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Situações que reduzem a Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 5.1.1.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31/12/2013
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	124
1.1 Exercício de Cargo em Comissão- PR E ÓRGÃOS INTEGRANTES	14
1.2 Exercício de Função de Confiança- PR E ÓRGÃOS INTEGRANTES	24
1.3 Outras situações previstas em leis específicas (Leis nº 6.999/82; nº 9007/95; nº 11284/06; nº 11776/08 e nº 8878/94)	86
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1 Para exercício de Mandato Eletivo	0
2.2 Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3 Para Serviço em Organismo Internacional	1
2.4 Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	32
3.1 De ofício, no interesse da Administração	3
3.2 A pedido, a critério da Administração	19
3.3 A pedido, independente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4 A pedido, independente do interesse da Administração por motivo de saúde	9
3.5 A pedido, independente do interesse da Administração por processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	121
4.1 Doença em pessoa da família	94
4.2 Capacitação	27
5. Licença não remuneradas (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	5
5.1 Afastamento do cônjuge ou companheiro	3
5.2 Serviço militar	0
5.3 Atividade política	0
5.4 Interesses particulares	2
5.5 Mandato classista	0
6. Outras situações (especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro de 2012 (1+2+3+4+5+6)	284

Fonte: DGP/ABIN

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e Funções

QUADRO 5.1.2.1. – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31/12/2013)

	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	228	218	39	58
1.1 Cargos de Natureza especial	2	2	0	0
1.2 Grupo de Direção e Assessoramento Superior	226	216	39	58
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	202	32	54
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	1	0
1.2.3 Servidores de outros órgãos e esferas	0	4	0	4
1.2.4 Sem vínculo	0	2	2	0
1.2.5 Aposentado	0	7	4	0
2. Funções gratificadas	482	396	74	99
2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	291	271	60	44
2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	1	0
2.3 Servidores de outros órgãos e esferas	191	124	13	55
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	710	614	113	157

Fonte: DGP/ABIN

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1.000,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2013	84.107,67	660,05	7.204,65	2.784,40	4.353,71	2.102,23	-	48,87	-	101.256,60
2012	84.396,10	197,52	7.146,63	2.506,08	2.363,18	1.760,43	-	18,89	-	98.388,82
2011	86.035,06	405,90	8.109,70	2.996,49	2.321,03	1.910,94	-	94,04	-	101.873,16
Servidores de Cargos que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2013	28.726,78	139,13	2.588,07	2.980,00	1.904,73	1.812,93	-	58,64	54,82	38.264,84
2012	38.733,05	40,95	3.491,95	4.282,82	1.772,68	2.849,29	-	66,52	57,53	51.294,80
2011	38.584,77	112,81	3.617,12	4.343,51	1.827,50	2.641,65	-	147,31	52,46	51.327,13
Servidores com contratos temporários										
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2013	232,60	88,66	26,72	8,90	64,47	3,62	-	-	-	424,46
2012	220,80	82,31	25,26	-	37,94	3,56	-	-	-	369,88
2011	212,83	82,31	25,26	15,95	36,82	3,35	-	-	-	376,52

Servidores de Carreira ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2013	30.133,87	4.676,17	2.972,61	1.095,02	2.490,65	840,20	-	9,52	-	42.218,07
2012	31.464,10	5.205,74	3.118,11	1.140,92	985,16	1.221,94	-	18,07	-	43.154,04
2011	29.386,67	4.676,17	3.275,38	1.090,85	786,42	1.168,60	-	59,14	-	40.443,23
Servidores de Cargos ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2013	4.870,14	801,36	496,56	415,87	187,06	261,55	-	12,31	9,18	7.054,09
2012	5.682,45	978,31	586,26	528,65	200,31	235,21	-	-	25,13	8.236,32
2011	5.140,69	885,07	546,71	483,32	155,90	206,29	-	4,54	27,22	7.449,74
Servidores de Carreiras ocupantes de Funções gratificadas										
2013	18.847,30	891,05	1.662,17	643,90	982,74	465,91	-	5,56	-	23.498,66
2012	16.290,86	837,64	1.451,28	537,27	416,14	439,98	-	0,89	-	19.974,07
2011	15.944,80	912,23	1.636,73	567,13	426,66	454,27	-	33,07	-	19.974,89
Servidores de Cargos ocupantes de Funções Gratificadas										
2013	9.589,71	753,60	927,57	982,96	596,44	686,93	-	34,23	-	13.571,48
2012	8.651,41	796,87	843,82	969,25	392,40	560,56	-	21,98	3,26	12.239,56
2011	8.406,56	795,45	847,84	916,99	408,70	483,11	-	8,48	3,53	11.870,66
Servidores DAS sem vínculo										
2013	3,40	649,80	54,14	12,34	45,68	9,15	-	-	-	774,54
2012	3,27	505,54	42,41	15,86	27,06	2,94	-	-	-	594,43
2011	-	391,94	32,32	13,31	23,40	-	-	-	-	460,97
Cedidos à ABIN – Militares										
2013	-	777,69	65,49	23,89	231,51	-	-	-	-	1.098,60
2012	-	824,06	69,05	27,04	76,52	-	-	-	-	996,68
2011	-	788,78	65,07	25,14	111,07	-	-	-	-	990,06
Cedidos à ABIN de outros órgãos – Cíveis										
2013	-	80,09	7,08	7,37	28,63	-	-	-	-	123,18
2012	-	92,06	8,04	7,48	-	-	-	-	-	107,58
2011	-	110,58	9,49	7,23	17,56	-	-	-	-	144,86
Empregados Públicos – CLT										
2013	4.935,02	-	405,52	313,50	938,91	198,18	-	11,16	-	6.802,31
2012	5.030,81	-	419,06	309,72	785,62	187,54	-	288,09	-	7.020,85
2011	4.984,37	-	415,88	288,20	776,47	202,80	-	-	-	6.667,72
Empregados Públicos ocupantes de funções Gratificadas										
2013	628,11	184,34	79,91	39,92	125,67	40,03	-	-	-	1.098,00
2012	504,15	139,52	55,06	31,38	80,99	18,98	-	33,28	-	863,35
2011	450,89	109,51	43,50	21,74	65,20	20,57	-	-	-	711,41

Fonte: SIAPE, SIAFI e DGP/ABIN

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO 5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De servidores Aposentados até 31/12/13	De aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	760	130
1.1 Voluntária	668	123
1.2 Compulsória	2	2
1.3 Invalidez Permanente	88	5
1.4 Outras	2	0
2. Proporcional	297	2
2.1 Voluntária	255	2
2.2 Compulsória	4	0
2.3 Invalidez Permanente	38	0
2.4 Outras	0	0
3. Total (1+2)	1057	132

Fonte: DGP/ABIN

5.1.4.2 Demonstração das Origens de Pensão Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/13

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantitativo de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12/13	Iniciadas no exercício de referência
1. Aposentado	246	18
1.1 Integral	190	12
1.2 Proporcional	56	6
2. Em atividade	33	4
3. Total (1+2)	279	22

Fonte: DGP/ABIN

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao tribunal por intermédio do Sisac

QUADRO 5.1.5.1. – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	31	38	31	38
Concessão de aposentadoria	132	42	132	42
Concessão de pensão civil	18	18	18	18
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	9	18	9	18
Total	190	116	190	116

Fonte: DGP/ABIN

5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

QUADRO 5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	14	18	14	18
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	14	18	14	18

Fonte: DGP/ABIN

5.1.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac

QUADRO 5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	40	0	38
Concessão de aposentadoria	0	132	0	0
Concessão de pensão civil	0	18	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	09	0	0
Total	0	199	0	38
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	18	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	18	0	0

Fonte: DGP/ABIN

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU em meio físico

QUADRO 5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

Fonte: DGP/ABIN

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Ao ingressarem na Agência todos os agentes públicos preenchem um questionário, no qual informam se detêm ou não outro cargo, função ou emprego público, cuja acumulação seja vedada por lei. O mesmo controle também é feito para fins de verificação do teto constitucional.

Em dezembro de 2011, em atendimento à Portaria Normativa nº 02, de 08 de novembro de 2011, da Secretaria de Recursos Humanos/MP, a ABIN convocou todos os agentes públicos ativos e inativos e os pensionistas para encaminharem declaração informando se recebiam ou não outros rendimentos oriundos dos poderes da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Aos que se manifestaram positivamente, foi solicitada cópia dos respectivos contracheques, semestralmente (em abril e outubro), ou sempre que houvesse alteração nos valores recebidos.

Tal procedimento visando à regularização do teto constitucional permitiu verificar a possível acumulação de cargos. Em 2013 foi identificada uma servidora em situação irregular.

5.1.7 Providências adotadas nos casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A servidora foi notificada e optou por pedir demissão do emprego público que acumulava e permanecer na ABIN, adequando-se, assim, ao que prevê o artigo 133 da Lei 8.112/90.

5.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

A ABIN vem se estruturando a fim de aperfeiçoar seus indicadores gerenciais, o estabelecimento de metas e o controle de resultados. A prioridade estabelecida para o ano de 2013 foi a organização e a atualização de assentamentos funcionais, de modo a se dispor de dados de maneira mais eficiente e efetiva. Além disso, foi providenciado treinamento para servidores que deverão mapear todos os processos do Departamento de Gestão de Pessoal, de acordo com cronograma preestabelecido. Essa atividade foi definida como prioritária para o ano de 2014.

A organização das informações gerenciais, aliada ao mapeamento dos processos, fornecerão subsídios para a definição dos indicadores gerenciais, possibilitando melhor avaliação da qualidade, custos e produtividade no departamento.

5.1.9 Análise Crítica

Em 2013, a Agência se organizou de modo a possibilitar melhorias nos processos de gestão de recursos humanos. Contudo, os resultados não foram os esperados, em razão da inexistência de um sistema informatizado que congregue as informações necessárias a uma gestão eficiente. Isso demanda tempo e esforços muito superiores ao que tem sido possível para a ABIN, considerando a disponibilidade de recursos materiais e humanos.

Em decorrência, também ocorreram dificuldades nos processos para os quais a Agência depende de outros órgãos públicos, a exemplo das enfrentadas para a completa utilização das funcionalidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e a efetivação das análises de determinados processos de aposentadoria pela Ciset.

Destaca-se que houve um incremento significativo no número de aposentadorias em 2013, na ordem de 317% em relação ao ano anterior. Isso se refletiu, sobretudo, nas áreas de administração e logística, e de pessoal, cuja maioria dos servidores não foi enquadrada nas carreiras de Inteligência, criadas pela Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008. A saída de pessoal tem repercutido nas atividades de diversas áreas, que deixaram de contar com quadros qualificados para o regular cumprimento e aperfeiçoamento das rotinas.

A expectativa é de renovação do quadro de pessoal por meio de concursos públicos, que vêm sendo solicitados e reiterados ao Ministério do Planejamento, sem êxito. O último certame de provimento de pessoal para os quadros da ABIN foi o de 2010, cujo número de vagas oferecidas ficou aquém das necessidades. Como agravante, enfrentou-se a perda de pessoal concursado, em geral, por motivo de aprovação em outros concursos públicos.

Outra atividade que permitiu melhorias na gestão de pessoal foi o acompanhamento sistemático dos servidores, desde seu ingresso na instituição, por meio do PINSA (Programa de Inserção de Novos Servidores na ABIN), e de ações que propiciaram identificar e incrementar competências dos agentes públicos, com vistas a seu melhor aproveitamento.

Tradicionalmente, a ABIN elabora seu Plano Anual de Capacitação (PAC), documento que contém os eventos de capacitação e respectivos objetivos, requisitos, número de vagas e período de realização. Entretanto, em razão da redução constante e progressiva no orçamento,

sobretudo o destinado à capacitação, o órgão enfrentou dificuldades para cumprir a programação, refletindo isso em deficiências no preparo e na atualização profissional de seus quadros.

Outro fator crítico na gestão de pessoas, enfrentado em 2013, diz respeito às diferenças na composição do quadro de pessoal, que congrega servidores públicos, nem todos pertencentes às carreiras de Inteligência, e empregados públicos celetistas, anistiados pela Lei nº 8.874, de 29 de abril de 1994. A esse respeito, a Agência tentou negociações com o Ministério do Planejamento, na busca de soluções que permitam ampliar a uniformidade de cargos. Porém, isso depende de alterações na legislação, de difícil elaboração, tendo em vista a abrangência da política de pessoal no âmbito do Governo Federal.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do órgão

A UJ não possui mão de obra terceirizada que ocupe ou exerça cargos ou atividades típicos de categorias funcionais do plano de cargos e carreiras.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Em razão do informado no item 5.2.1, este tópico não se aplica à realidade da UJ.

5.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

QUADRO 5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA													
UG/Gestão: 110120/00001					CNPJ: 01.175.497/0001-41								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	002/2007/DAL	05.795.290/0001-20	01/02/07	31/01/12	5	5	-	-	-	-	E
2007	1	O	014/2007/DAL	07.442.149/0001-70	02/05/07	02/05/10	2	2					E
2007	3	O	053/2007/DAL	08.068.307/0001-36	17/09/07	17/09/12	-	-	4	4	-	-	E
2007	3	O	054/2007/DAL	04.947.331/0001-94	01/10/07	01/10/10	2	2	-	-	-	-	E
2008	1	O	001/2008/DAL	01.260.858/0001-58	02/01/08	01/01/13	6	6	-	-	-	-	E
2008	1	O	017/2008/DAL	05.296.914/0001-65	03/03/08	03/03/12	1	1	-	-	-	-	E
2008	1	O	029/2008/DAL	05.305.430/0001-35	08/05/08	08/05/11	1	1	-	-	-	-	E
2008	1	O	030/2008/DAL	09.134.888/0001-20	12/05/08	12/05/10	1	1	-	-	-	-	E
2008	3	O	034/2008/DAL	00.618.649/0001-70	01/07/08	01/07/10	-	-	4	4	-	-	E
2008	3	O	035/2008/DAL	06.088.000/0001-71	30/06/08	30/06/11	-	-	4	4	-	-	E
2008	1	O	079/2008/DAL	07.261.678/0001-77	05/11/08	05/11/12	1	1	-	-	-	-	E
2009	1	O	031/2009/DAL	09.209.483/0001-03	07/05/09	05/08/10	5	5	-	-	-	-	E
2009	3	O	036/2009/DAL	04.281.402/0001-62	01/06/09	01/06/13	-	-	4	4	-	-	E
2009	3	O	037/2009/DAL	03.025.836/0001-39	29/05/09	29/05/10	-	-	4	4	-	-	E
2009	3	O	044/2009/DAL	06.088.000/0002-52	04/06/09	04/06/14	-	-	4	4	-	-	E
2009	1	O	046/2009/DAL	08.190.332/0001-98	08/07/09	08/07/10	2	2	-	-	-	-	E
2009	1	O	049/2009/DAL	09.431.870/0001-90	20/07/09	20/07/13	3	3	-	-	-	-	E
2009	1	O	068/2009/DAL	35.653.880/0001-80	01/09/09	01/01/12	1	1	-	-	-	-	E
2009	1	E	069/2009/DAL	38.062.485/0001-10	28/08/09	28/02/10	122	122	3	3	-	-	E
2009	1	O	081/2009/DAL	10.830.905/0001-42	18/11/09	18/11/14	1	1	-	-	-	-	E
2009	1	O	083/2009/DAL	09.016.469/0001-93	20/11/09	20/11/14	3	3	-	-	-	-	E
2009	3	O	091/2009/DAL	04.352.466/0001-07	11/12/09	08/02/12	-	-	49	49	-	-	E
2009	1	O	097/2009/DAL	03.425.351/0001-32	23/12/09	23/12/10	1	1	-	-	-	-	E
2010	3	O	021/2010/DAL	31.242.852/0001-19	31/01/10	31/01/15	-	-	4	4	-	-	E
2010	3	O	029/2010/DAL	02.576.238/0004-38	11/02/10	11/02/15	-	-	4	4	-	-	E
2010	1	E	058/2010/DAL	00.323.090/0001-51	31/03/10	30/06/10	2	2	-	-	-	-	E
2010	1	E	060/2010/DAL	00.403.982/0001-62	01/04/10	01/07/10	2	2	-	-	-	-	E
2010	1	E	062/2010/DAL	38.062.485/0001-10	13/04/10	13/10/10	122	122	3	3	-	-	E
2010	3	O	069/2010/DAL	09.130.034/0001-75	01/06/10	01/06/11	-	-	4	4	-	-	E
2010	1	O	071/2010/DAL	08.594.305/0001-80	05/07/10	05/07/12	2	2	-	-	-	-	E
2010	1	O	072/2010/DAL	10.565.981/0001-78	21/06/10	21/06/11	1	1	-	-	-	-	E
2010	1	O	073/2010/DAL	09.134.888/0001-20	29/06/10	29/06/14	1	1	-	-	-	-	P
2010	1	O	075/2010/DAL	00.323.090/0001-51	01/07/10	01/07/14	2	2	-	-	-	-	P
2010	1	O	080/2010/DAL	39.420.336/0001-49	06/08/10	06/08/14	5	5	-	-	-	-	P

2010	1	O	081/2010/DAL	11.507.596/0001-37	12/07/10	12/07/14	1	1	-	-	-	-	P
2010	1	O	082/2010/DAL	10.587.618/0001-53	26/07/10	26/07/14	2	2	-	-	-	-	P
2010	3	O	083/2010/DAL	11.222.248/0001-13	30/07/10	30/07/14	-	-	4	4	-	-	P
2010	3	O	084/2010/DAL	10.994.722/0001-62	01/08/10	01/08/14	-	-	2	2	-	-	P
2010	3	O	087/2010/DAL	02.650.833/0001-23	18/08/10	18/08/14	-	-	8	8	-	-	P
2010	3	O	090/2010/DAL	10.748.912/0001-08	16/08/10	16/08/11	-	-	4	4	-	-	E
2010	1	O	099/2010/DAL	03.619.612/0001-55	14/10/10	14/10/13	122	122	3	3	-	-	E
2010	1	E	106/2010/DAL	10.808.175/0001-83	10/11/10	10/03/11	1	1	-	-	-	-	E
2010	3	O	111/2010/DAL	05.891.583/0001-01	01/12/10	01/12/14	-	-	3	3	-	-	P
2010	1	O	112/2010/DAL	07.524.266/0001-82	30/11/10	30/11/11	1	1	-	-	-	-	E
2011	1	O	054/2011/DAL	08.935.932/0001-38	17/03/11	17/03/13	01	01					E
2011	1	O	067/2011/DAL	03.116.865/0001-06	09/05/11	09/05/14	01	01					P
2011	3	O	101/2011/DAL	06.088.000/0001-71	01/07/11	01/07/14			01	01			P
2011	1	E	102/2011/DAL	05.485.352/0001-06	05/07/11	01/11/11	01	01					E
2011	3	O	112/2011/DAL	09.130.034/0001-75	01/08/11	01/08/12			05	05			E
2011	3	O	130/2011/DAL	02.764.609/0001-62	07/10/11	07/10/12			04	04			E
2011	3	O	149/2011/DAL	08.692.312/0001-15	17/10/11	17/12/13	04	04					E
2011	1	O	164/2011/DAL	11.453.708/0001-14	11/10/11	11/10/14	01	01					P
2011	1	O	167/2011/DAL	07.188.842/0001-68	03/11/11	03/11/14	01	01					P
2011	1	E	170/2011/DAL	07.508.403/0001-95	04/11/11	04/05/12	04	04					E
2010	5	O	192/2011/DAL	77.166.098/0005-00	27/12/11	27/06/13						04	E
2012	1	O	004/2012/DAL	35.653.880/0001-80	13/01/12	13/01/15	01	01					P
2012	1	O	502/2012/DAL	09.463.158/0001-72	11/05/12	11/05/13	05	05					E
2012	1	O	513/2012/DAL	14.990.191/0001-90	10/05/12	10/05/13	02	02					E
2012	1	O	522/2012/DAL	15.001.655/0001-51	29/06/12	29/06/14	01	01					P
2012	3	O	531/2012/DAL	00.332.087/0005-28	02/08/12	02/08/14			04	04			P
2012	3	O	539/2012/DAL	11.092.610/0001-89	18/09/12	18/09/14			04	04			P
2012	3	O	545/2012/DAL	02.764.609/0001-62	08/10/12	08/10/14			04	04			P
2013	1	E	501/2013/DAL	00.087.163/0001-53	21/01/13	22/07/13	131	131					E
2013	1	O	503/2013/DAL	09.231.574/0001-45	06/02/13	06/02/15	07	07					A
2013	1	O	507/2013/DAL	11.301.568/0001-69	01/03/13	01/03/14	02	02					A
2013	3	O	517/2013/DAL	09.039.434/0001-70	01/04/13	01/04/14			02	02			A
2013	1	O	523/2013/DAL	73.767.790/0001-09	13/05/13	13/05/14	05	05					A
2013	1	O	535/2013/DAL	04.039.911/0001-83	07/06/13	07/06/14	01	01					A
2013	3	O	537/2013/DAL	04.855.257/0001-86	31/05/13	31/05/14			04	04			A
2013	1	O	552/2013/DAL	07.993.467/0001-29	22/07/13	22/07/14	01	01					A
2013	1	O	553/2013/DAL	02.843.359/0001-56	22/07/13	22/07/14	128	128					A
2013	1	O	556/2013/DAL	01.232.808/0001-67	29/07/13	29/07/14	01	01					A
2013	1	E	561/2013/DAL	00.403.962/0001-62	30/07/13	30/01/14	02	02					E
2013	3	O	586/2013/DAL	10.639.977/0001-07	17/12/13	17/12/14			04	04			A
2013	1	O	598/2013/DAL	10.405.110/0001-97	20/12/13	20/12/14	01	01					A
2013	1	O	605/2013/DAL	04.231.640/0001-63	27/12/13	27/12/14	01	01					A

Observações:

LEGENDA

Área: 1.Conservação e Limpeza; 2. Segurança; 3. Vigilância; 4. Transportes; 5. Informática; 6. Copeiragem; 7. Recepção; 8. Reprografia; 9. Telecomunicações; 10. Manutenção de bens móveis; 11. Manutenção de bens imóveis; 12. Brigadistas; 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DAL/ABIN

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA													
UG/Gestão: 110120/00001					CNPJ: 01.175.497/0001-41								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	053/2007/DAL	08.068.307/0001-36	17/09/07	17/09/12	-	-	4	4	-	-	E
2007	1	O	054/2007/DAL	04.947.331/0001-94	01/10/07	01/10/10	2	2	-	-	-	-	E
2008	1	O	034/2008/DAL	00.618.649/0001-70	01/07/08	01/07/10	-	-	4	4	-	-	E
2008	1	O	035/2008/DAL	06.088.000/0001-71	30/06/08	30/06/11	-	-	4	4	-	-	E
2008	8	O	105/2008/DAL	38.062.485/0001-10	17/12/08	15/08/12	-	-	23	23	-	-	E
2009	1	O	036/2009/DAL	04.281.402/0001-62	01/06/09	01/06/13	-	-	4	4	-	-	E
2009	1	O	037/2009/DAL	03.025.836/0001-39	29/05/09	29/05/10	-	-	4	4	-	-	E
2009	1	O	044/2009/DAL	06.088.000/0002-52	04/06/09	04/06/14	-	-	4	4	-	-	E
2009	1	O	091/2009/DAL	04.352.466/0001-07	11/12/09	08/02/12	-	-	49	49	-	-	E
2010	1	O	021/2010/DAL	31.242.852/0001-19	31/01/10	31/01/15	-	-	4	4	-	-	E
2010	1	O	029/2010/DAL	02.576.238/0004-38	11/02/10	11/02/15	-	-	4	4	-	-	E
2010	1	O	069/2010/DAL	09.130.034/0001-75	01/06/10	01/06/11	-	-	4	4	-	-	E
2010	8	O	074/2010/DAL	10.539.098/0001-03	23/06/10	23/06/14				4		1	P
2010	1	O	083/2010/DAL	11.222.248/0001-13	30/07/10	30/07/14	-	-	4	4	-	-	P
2010	1	O	084/2010/DAL	10.994.722/0001-62	01/08/10	01/08/14	-	-	2	2	-	-	P
2010	1	O	087/2010/DAL	02.650.833/0001-23	18/08/10	18/08/14	-	-	8	8	-	-	P
2010	1	O	090/2010/DAL	10.748.912/0001-08	16/08/10	16/08/11	-	-	4	4	-	-	E
2010	1	O	111/2010/DAL	05.891.583/0001-01	01/12/10	01/12/14	-	-	3	3	-	-	P
2011	1	O	101/2011/DAL	06.088.000/0001-71	01/07/11	01/07/14			01	01			P
2011	1	O	112/2011/DAL	09.130.034/0001-75	01/08/11	01/08/12			05	05			E
2011	1	O	130/2011/DAL	02.764.609/0001-62	07/10/11	07/10/12			04	04			E
2011	1	O	149/2011/DAL	08.692.312/0001-15	17/10/11	17/12/13	04	04					E
2010	3	O	192/2011/DAL	77.166.098/0005-00	27/12/11	27/06/13						04	E
2012	1	O	531/2012/DAL	00.332.087/0005-28	02/08/12	02/08/14			04	04			P
2012	1	O	539/2012/DAL	11.092.610/0001-89	18/09/12	18/09/14			04	04			P
2012	1	O	545/2012/DAL	02.764.609/0001-62	08/10/12	08/10/14			04	04			P
2012	8	O	549/2012/DAL	09.627.040/0001-32	31/10/12	30/04/14	17	17	12	12			E
2013	1	O	517/2013/DAL	09.039.434/0001-70	01/04/13	01/04/14			02	02			A
2013	1	O	537/2013/DAL	04.855.257/0001-86	31/05/13	31/05/14			04	04			A
2013	1	O	586/2013/DAL	10.639.977/0001-07	17/12/13	17/12/14			04	04			A

Observações: Não foram incluídos no quadro 5.2.4 os contratos de serviços de limpeza e conservação, tendo em vista a inexistência de legenda para a referida área.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3. e 5.2.4.

A ABIN enfrentou, em 2013, problemas com os contratos de locação de mão de obra. Várias empresas contratadas atrasaram a entrega de materiais, uniformes e o pagamento de obrigações trabalhistas. Os atrasos foram punidos administrativamente, mas isso exige forte fiscalização e comprometeu os escassos recursos humanos disponíveis.

Ocorreram ainda situações de empresas que se tornaram insolventes e desapareceram, sem pagar verbas rescisórias a seus empregados, onerando a rotina da Agência com providências burocráticas e ações trabalhistas. Nesses casos, as Delegacias Regionais do Trabalho foram acionadas, mas a fiscalização é intempestiva e pouco eficiente. O Ministério Público do Trabalho também é informado, mas esse órgão tem se recusado a interferir, alegando não estarem presentes, nesses casos, direitos difusos ou coletivos.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

A UJ não possui estagiários nos seus quadros.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Em razão da natureza da atividade de Inteligência desenvolvida pela ABIN, que tem resguardada a publicação de determinados dados organizacionais, incluindo quanto a seu peculiar funcionamento, conforme a Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999, foram suprimidas as informações referentes à “Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos” e “Idade média da frota, por grupo de veículos”, que fazem parte das informações solicitadas para o item 6.1 (correspondentes às alíneas “c” e “e”, do item 6.1 da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013), com amparo no Art. 6º, da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013. Nesse mesmo sentido, não constam deste relatório as informações e os quadros referentes a “Gestão do Patrimônio Imobiliário” e “Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros” (correspondentes aos itens 6.2 e 6.3 da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013). Essas informações foram sistematizadas e se encontram à disposição para consulta dos órgãos de controle.

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Lei 1.081/50; Lei 9.327/96; Lei 9.503/97; Decreto 5.992/06; Decreto 6.403/08; IN/SLTI/MPOG nº 03/2008; e IN nº002/ABIN/GSI/PR, de 05/05/2011.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A frota foi utilizada em atividades de suporte administrativo e de Inteligência relativas à produção e proteção de conhecimentos e capacitação de servidores, atendendo às necessidades de transporte das unidades da sede, em Brasília, e das 26 superintendências estaduais da ABIN.

c) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos

Veículos Institucionais: 67.784 Km
Veículos de serviços comuns: 249.953,50 Km
Veículos de serviços especiais: 578.282,25 Km

d) Custos associados à manutenção da frota

Combustíveis (álcool, diesel e gasolina): R\$ 301.980,40
Serviços de mecânica e peças: R\$ 281.346,00
Seguro Obrigatório (DPVAT): R\$ 48.081,34

e) Plano de substituição da frota

Realizado levantamento considerando a idade dos veículos com mais de 10 anos, o desgaste e economicidade, associado isso à necessidade operacional e à disponibilidade orçamentária da instituição.

f) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A escolha pela aquisição está vinculada às características da atividade de Inteligência, levando-se em conta principalmente a questão do sigilo e a diversidade e imprevisibilidade dos aspectos envolvidos no uso de veículos, tanto no apoio administrativo como nas ações de caráter operacional.

g) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Sistema de gerenciamento e controle de frota e aquisição de combustível, relatórios de acompanhamento, controle diário e mensal de consumo de combustíveis e mapas de controle do desempenho e manutenção de veículos.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Em 2013, a UJ não utilizou frota de veículos automotores contratados de terceiros.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO 7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	X aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	X aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	X aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	X aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	X aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.

X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	

7.1.1 Análise crítica

A ABIN direcionou seus esforços para a melhoria contínua do modelo de gestão de tecnologia da informação (TI), com o objetivo de permitir a construção de uma administração pública eficiente e eficaz, por meio de forte compromisso com o desenvolvimento, a gestão e a ética públicas. Em 2013, esse contexto foi fator determinante para adequar o perfil de atuação, de modo que a ABIN oferecesse à Administração Pública Federal melhores ferramentas de gestão e controles baseados em tecnologia da informação, considerando a competência legal nessa área.

Nesse sentido, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) foi o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TI que orientou o atendimento das necessidades tecnológicas e de informação do órgão, alinhado com o planejamento estratégico e observado o proposto pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), a partir do Modelo de Referência 2011-2012 e do Guia Prático de Elaboração de PDTI.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

QUADRO 8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
1. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Os critérios constantes do Guia Prático de Licitações Sustentáveis do Núcleo de Assessoramento Jurídico em São Paulo – AGU					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? a) Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 07/2011, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória. b) Índice mínimo de eficiência energética ou o nível máximo de consumo fixado pela Portaria Interministerial MDIC/MCT/MME nº 323/2011. c) Selo Ruído, indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94. d) Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
2. Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Foram adquiridas lâmpadas fluorescentes, lâmpadas eletrônicas, luminárias com reatores eletrônicos e vasos sanitários com caixa acoplada. Houve a substituição de equipamentos de ar-condicionado antigos, modelo janela, por equipamentos novos, modelo <i>split</i> , que consomem menos energia.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			X		
3. Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 4. Papel reciclado					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
5. Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Inclusão dos critérios constantes do Guia Prático de Licitações Sustentáveis do Núcleo de Assessoramento Jurídico em São Paulo – AGU na descrição dos materiais.					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa,		X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: DAL/ABIN

8.2 Consumo de papel, energia elétrica e água

A política adotada pela ABIN para o uso racional de papel, energia elétrica e água está sendo estruturada no contexto da logística sustentável, aplicável à Administração Pública Federal. Nesse sentido, embora a ABIN não tenha feito adesão formal a programas governamentais de sustentabilidade, foi instituída em agosto de 2013, por portaria interna, uma comissão gestora com a atribuição de elaborar o “Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)”, em conformidade com a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em 2013 os trabalhos da comissão gestora concentraram-se na realização de diagnósticos e na elaboração de propostas de planos de ações, focados em práticas sustentáveis e na racionalização de recursos, abrangendo os seguintes temas: material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal.

Cabe registrar que as propostas observaram as práticas difundidas em programas de gestão da sustentabilidade ambiental do governo federal, como a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e o Programa de Eficiência do Gasto (PEG).

O PLS da ABIN deverá ser implementado, com os resultados iniciais sendo apurados no final de 2014.

No que diz respeito ao uso racional de papel, energia elétrica e água, estão previstas, entre outras, as seguintes ações: realização de campanhas internas de conscientização; configuração de impressoras para padrão de impressão em frente e verso, quando possível; aperfeiçoamento do controle de consumo de papel para impressão e cópias; modernização dos elevadores da sede da Agência; e, ainda, estudos visando à racionalização do consumo de energia elétrica e água, tendo em vista o quadro de infraestrutura existente, as necessidades de adaptação e a disponibilidade orçamentária.

QUADRO 8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Não houve adesão.						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	4.565	6.850	5.749	36.005,03	54.196,55	45.339,93
Água	794m ³	965m ³	633m ³	263.262,50	240.432,78	77.898,13
Energia Elétrica	2.720.060Kwh	2.835.673Kwh	3.107.032Kwh	780.200,94	944.623,69	1.021.103,17
			Total			

Fonte: DAL/ABIN

Comentários

O consumo de papel está medido em resmas.

O consumo de água até 2010 era proveniente de fonte própria, poço artesiano. A partir de 2011, a ABIN passou a alternar o uso de água do poço com eventual uso de água da rede pública. Em 2012, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB passou a cobrar também pela utilização do serviço de coleta de esgoto.

9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Por se tratar de órgão da Administração Pública Federal, vinculado à Presidência da República, não se aplica à UJ o item “Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna” (correspondente ao item 9.3 da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013).

Não houve informações a registrar quanto a “Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício” (correspondente item 9.1.2 da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013).

9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO 9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					45104
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-023-991/2010.0	928/2012-TCU- PLENARIO	9.2	DE	Ofício nº 400/2012/COFIP- CISSET-SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					45104
Descrição da Deliberação					
Registro de novo ato, observando o preenchimento da fundamentação legal e do tempo de serviço do servidor, de acordo com a Instrução Normativa TCU 55/2007.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Pagamento e Benefícios- COPAB					95538
Síntese da Providência Adotada					
Registro de novo ato no SISAC observando a modalidade aposentadoria por invalidez com base no artigo 190 da Lei 8.112/90, conforme parecer de Junta Médica Oficial.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Correção e envio de novo ato para exame de legalidade.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Mudança de entendimento na legislação sobre a matéria que trata da revisão de aposentadoria por invalidez (art. 316 lei 11.907/2009), causando retrabalho para administração.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					45104
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC-023.991/2010-0	2976/2010-TCU-Plenário	1.5.1	DE	Ofício nº 038/2011/COFIP-CISET-CC-PR
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					45104
Descrição da Deliberação					
Emissão de novo ato livre de irregularidades apontadas na instrução da Secretaria de Fiscalização de Pessoal.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS - COPAB					95538
Síntese da Providência Adotada					
A aposentadoria do servidor Acir Peretti foi alterada nos termos do artigo 190 da Lei nº 8.112/1990, assim como a do servidor Noé Joaquim Tavares, com base no artigo 40 inciso III, alínea “c” da Constituição Federal de 1988, observada a redação dada pelo artigo 3º da EC. nº 20/1998, com tempo de serviço correspondente a 30/35 (avos).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Efetuados novos registros de atos no Sistema SISAC, conforme determina o acórdão citado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Divergência de entendimento sobre a matéria que trata da contagem de tempo de serviço em atividade rural para efeito de aposentadoria, até mesmo em atos cuja prescrição se faz presente.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					45104
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC-006.834/2012-4	nº 1813/2012-TCU-Plenário	1.7.1.1	DE	Ofício nº 756/2012/COFIP-CISET-SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					45104
Descrição da Deliberação					
Corrigir falhas de preenchimento na informação do fundamento legal da aposentadoria e ausência de informação de sua proporcionalidade.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS - COPAB					95538
Síntese da Providência Adotada					
Correção da informações prestadas via SISAC					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Realizada a correção dos dados no sistema SISAC – TCU, conforme determinado pelo acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Inconsistências verificadas à época no Sistema SISAC-TCU					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					45104
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 013.156/2006-8	nº 2478/2013 – TCU	-	DE	Ofício 16093/2013-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					45104
Descrição da Deliberação					
Justificar ausência de comprovação junto ao TCU, das providências adotadas em relação aos atos de aposentadoria de Benedito Galdino da Silva e José Maurício da Silva, e pensão civil instituída por Elizeu Hirsth.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS - COPAB					95538
Síntese da Providência Adotada					
Exclusão no SISACNET do tempo rural de Elizeu Hirsth. Encaminhamento de documentos comprobatórios do retorno ao trabalho do servidor José Maurício da Silva. Publicação e encaminhamento da portaria da correção e redução dos proventos de aposentadoria do servidor Benedito Galdino da Silva, de integral (35/35 avos) para proporcional (34/35 avos). (Portaria nº 286/DGP/SPOA/ABIN/GSIPR, de 06/11/2013).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Realizada exclusão de dados de tempo rural, encaminhamento de documentos e adequação dos proventos de aposentadoria, conforme determinado no Acórdão, com reenvio à Ciset/SG/PR para reanálise.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Mudança de entendimento sobre a matéria que trata da contagem de tempo de serviço em atividade rural para efeito de aposentadoria, sobretudo em atos cuja prescrição se faz presente.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					45104
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	TC-006.954/2009	nº 1488/2012	1.7.1	DE	Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					45104
Descrição da Deliberação					
Corrigir as falhas de preenchimento nos registros dos atos de aposentadoria, tais como: fundamentação legal conflitante, erro na informação do fundamento legal.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO DE PAGAMENTOS E BENEFÍCIOS - COPAB					95538
Síntese da Providência Adotada					
Foi efetuado um novo registro dos atos no Sistema SISAC/TCU, com o tempo de serviço final calculado até 31/12/2003, com base na Emenda Constitucional nº 20/1998 (regra do direito adquirido). Entendeu-se que a inconsistência verificada pode ter sido provocada pelo próprio Sistema SISAC, conforme observado em casos análogos já conhecidos por essa Secretaria, e consubstanciado nos relatórios de análise de atos de pessoal/Ciset contidos dos respectivos processos, cujos pareceres expedidos anteriormente foram todos pela legalidade dos atos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Correções efetuadas conforme determinado no acórdão citado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

No ano de 2013, a Secretaria de Controle Interno, da Secretaria-Geral da Presidência da República, conduziu ação de controle de auditoria na ABIN, realizada entre os dias 20 de maio a 13 de junho de 2013, sendo emitido o Relatório de Auditoria nº 09/2013, que versou sobre a prestação de contas anual do exercício de 2012. Os quadros, abaixo informados, tratam das recomendações do OCI contidas no documento.

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO 9.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “a”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Instituir rotina para verificação do Relatório de Gestão, incluindo a utilização de check-list			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Planejamento e Modernização (APLAM)			
Síntese da Providência Adotada			
Rotina para elaboração do Relatório de Gestão foi instituída, incluindo o check-list das informações solicitadas pelo TCU com as elaboradas pela ABIN para resposta, a realização de reunião de preparação para o processo de elaboração do relatório e disponibilização de servidores da APLAM para tirarem dúvidas das áreas técnicas e também para realizar interlocução junto à Ciset.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A rotina foi aplicada na elaboração do Relatório de Gestão 2013 e contribuiu para melhorar o fluxo de informações, a qualidade e a compatibilização das informações gerenciais prestadas pela ABIN em relação às demandas do TCU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O check-list proposto, com o cotejamento das demandas e alterações dos normativos que disciplinaram o Relatório de Gestão 2013, facilitou a distribuição de tarefas. A melhoria nos canais de comunicação entre as áreas.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “c”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Apurar a comprovação de despesas relativas a suprimento de fundos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Geral – Gabinete			74888
Síntese da Providência Adotada			
Instauração de Sindicância Investigativa e Processo Administrativo Disciplinar (PAD).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Medidas adotadas e esclarecidas junto à CISSET/SG/PR por meio do Ofício nº 236/ABIN/GSIPR, de 20 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “d”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Apurar responsabilidade de servidores na prestação de contas de suprimento de fundos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Geral – Gabinete			74888
Síntese da Providência Adotada			
Instauração de Sindicância Investigativa e Processo Administrativo Disciplinar (PAD).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Medidas adotadas e esclarecidas junto à CISSET/SG/PR por meio do Ofício nº 236/ABIN/GSIPR, de 20 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “g”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Instituir rotinas e procedimentos para a inclusão e atualização dos imóveis locados de terceiros no SPIUnet			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração e Logística - DAL			46689
Síntese da Providência Adotada			
Criação de rotina para inclusão e atualização no SPIUnet dos imóveis locados de terceiros.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A rotina foi instituída no exercício de 2013, envolvendo trabalho de integração entre as áreas de Licitações e Contratos e de Material e Patrimônio, visando manter atualizados os dados no SPIUnet.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
—			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “i”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Adotar as medidas necessárias para regularização da glosa aplicada na fatura nº 1119, de 17/8/2012, referente aos serviços prestados no mês de agosto de 2012, por meio do Contrato nº 502/2012			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração e Logística - DAL			46689
Síntese da Providência Adotada			
Realizar procedimentos administrativos visando efetivar a glosa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi realizada a comunicação à empresa contratada sobre a glosa e necessidade de complementação do valor, devido à incorreção nos cálculos decorrente de faltas de serventes no mês de agosto de 2012. Tendo sido concedido prazo para defesa prévia e recurso, de acordo com os Ofícios de nº 564/2013/DAL/SPOA/GSI/PR, de 12 de agosto de 2013, e nº 614/213/DAL/SPOA/GSI/ PR, de 03 de setembro de 2013. Encerrado processo com a realização da glosa complementar.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
—			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “k”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Instituir rotina para exigir, doravante, comprovantes de regularidade fiscal válidos quando da assinatura dos contratos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração e Logística - DAL			46689
Síntese da Providência Adotada			
Aperfeiçoamento de mecanismos existentes e criação de rotina relativa às exigências de comprovação de regularidade fiscal dentro do prazo de validade quando da assinatura dos contratos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Para atender às recomendações foram implantadas as seguintes ações: criada lista de conferência de procedimentos, na fração responsável pela gestão dos contratos; ampliação do fluxograma de procedimentos, a partir da entrada dos processos de compra e serviços na fração responsável.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
—			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “l”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Incrementar, por meio da formalização de rotinas e utilização de check-list, os controles internos administrativos afetos à celebração de contratos no que se refere às exigências consignadas em edital, à publicação de contratos, ao acompanhamento de sua execução			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração e Logística – DAL			46689
Síntese da Providência Adotada			
Criação de lista de conferência e ampliação do fluxograma de procedimentos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Apesar do fato ocorrido ter sido excepcional, conforme comprovado pela equipe de auditoria, foram adotadas as providências no âmbito da fração responsável pela gestão de contratos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
—			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “m”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Incrementar o planejamento de licitações das unidades descentralizadas, de forma a permitir a realização de procedimentos licitatórios tempestivos para a aquisição de materiais de consumo previsíveis, afastando sua aquisição mediante a utilização de cartões de pagamento			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração e Logística – DAL			46689
Síntese da Providência Adotada			
Implementação de medidas de gestão para melhoria no processo de planejamento de licitações			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Realizada orientação às unidades da ABIN para que os pedidos de aquisições de material de consumo observem o prazo de 120 (cento e vinte) dias, estabelecido no inciso III do art. 2º da Portaria nº 144/DAL/SPOA/ABIN/GSI/PR, de 10 de dezembro de 2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O processo de planejamento de aquisições na ABIN envolve contratações de material e serviços para atender a sede e as unidades estaduais. Apesar de ser elaborado com antecedência, alguns processos licitatórios podem não ser concluídos a tempo por falta de interesse de fornecedores locais, em razão do elevado grau de exigências da administração pública e do baixo volume (financeiro e físico) da contratação. Tal fato pode ensejar, excepcionalmente, a adoção de medidas para evitar prejuízos à continuidade de atividades rotineiras no âmbito da ABIN.			

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 9.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “b”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Envidar esforços para finalizar o mapeamento dos processos que mais impactam em sua gestão			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Planejamento e Modernização (APLAM)			
Síntese da Providência Adotada			
Eleger os principais processos que serão mapeados e realizar o mapeamento, iniciando pela área finalística passando na sequência à área administrativa.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Realizada avaliação dos processos mapeados no âmbito do Planejamento Estratégico 2010 – 2014. Está em formatação o modelo para revisão dos processos já mapeados e para mapeamento de processos ainda não desenvolvidos. A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à Ciset/SG/PR por meio do Ofício nº 261/SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A sensibilização, capacitação de equipes e efetiva realização de mapeamentos de processos na ABIN são facilitadores para a complementação do trabalho, que se dará ao longo do ano de 2014.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “e”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Apurar a comprovação de gastos nos Jogos Panamericanos de 2007			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria Geral – Gabinete			74888
Síntese da Providência Adotada			
A apuração em tela está condicionada à conclusão de Processo Administrativo Disciplinar, já instaurado.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Estando em curso o PAD nº 003-DG/ABIN, a adoção das providências cabíveis se dará com a conclusão desse procedimento. A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à Ciset/SG/PR por meio do Ofício nº 261/SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
—			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “F”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Incrementar os controles internos administrativos afetos à área responsável pelos atos de aposentadoria, pensão e admissão, por meio de rotinas e procedimentos formalizados			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoal – DGP			95537
Síntese da Providência Adotada			
Ajustes na estrutura organizacional, com reforço de pessoal na área de aposentadorias e pensões; melhoria na qualificação de servidores; revisão de processos; aperfeiçoamento de sistemas.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Em 2013, foi promovida a adequação da estrutura de pessoal na área de aposentadorias e pensões e realizada a capacitação e treinamento de servidores no sistema SISAC/TCU. A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à CISET/SG/PR por meio do Ofício nº 261/ SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
—			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “h”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Incrementar os controles internos afetos aos registros de gastos com cartão de pagamento do governo federal, por meio da implantação de sistema de gerenciamento que permita a inclusão de registros completos referente às despesas efetuadas (fornecedores, classificação, natureza, limites e relatórios gerenciais)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração e Logística (DAL)			46689
Síntese da Providência Adotada			
Foi estabelecida a inclusão dos registros completos de despesas efetuadas no exercício corrente na base de dados existente, observadas recomendações da Ciset/SG/PR e priorização da implantação do Sistema de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, conforme convênio com o Ministério da Justiça e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, que permitirá a emissão de relatórios gerenciais.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A inclusão de registros completos foi implementada a partir de setembro/2013 enquanto a implantação do SIPAC obedece cronograma de instalação e operacionalização de módulos, abrangendo a sede da ABIN e suas unidades estaduais. A programação estende-se até janeiro de 2015. A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à Ciset/SG/PR por meio do Ofício nº 261/ SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O esforço da ABIN é no sentido de antecipar o cronograma. Contudo, a redução de prazos depende da capacidade de desenvolvimento e implementação técnica dos módulos previstos para o SIPAC, que não estão sob gestão direta da ABIN, por serem desenvolvidos pela UFRN.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “n”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Aprovar, publicar e difundir o planejamento estratégico de periodicidade quadrienal para a ABIN			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Planejamento e Modernização (APLAM)			
Síntese da Providência Adotada			
Avaliação do planejamento estratégico vigente para o período 2010-2014 e elaboração do planejamento para o próximo ciclo (2015-2018), visando aprovação e difusão interna.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foi realizada a avaliação do Planejamento Estratégico 2010-2014, submetida ao Diretor-geral da ABIN para aprovação. A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à Ciset/SG/PR por meio do Ofício nº 261/SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
—			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “o”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Reavaliar o cronograma de implementação do projeto de gestão por competências, adequando-o ao orçamento da UJ			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoal – DGP			95537
Síntese da Providência Adotada			
Adequação orçamentária para implementação do projeto de gestão por competências, com início do desenvolvimento do trabalho em 2014.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Encontram-se previstos no PAA recursos para o projeto. Em avaliação a contratação de consultoria ou a capacitação específica de servidores para desenvolvimento do projeto, dando início ao mapeamento e validação de competências organizacionais e individuais. A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à CISET/SG/PR por meio do Ofício nº 261/ SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As contingências orçamentário-financeiras da ABIN têm dificultado a consecução de projetos voltados para o aperfeiçoamento institucional.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “p”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Envidar esforços para instituir mapa de indicadores, alinhados ao planejamento estratégico da UJ, que permitam avaliar o desempenho de sua gestão por meio da efetividade de seus principais processos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Planejamento e Modernização (APLAM)			
Síntese da Providência Adotada			
Conclusão do mapa de indicadores vinculados à estratégia e aprovação junto à direção da ABIN. Publicar as metas de desempenho institucional e resultados.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
As metas de desempenho institucional e seus resultados são publicados internamente no segundo semestre de cada ano. A conclusão do mapa de indicadores, conforme preconizado pela Ciset, fará parte do ciclo de Planejamento Estratégico 2015-2018. A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à Ciset/SG/PR por meio do Ofício nº 261/ SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
—			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “q”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Desenvolver e/ou formalizar rotinas de controle para as diversas áreas da UJ, de forma a acompanhar e assegurar o alcance de seus objetivos estratégicos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Planejamento e Modernização (APLAM)			
Síntese da Providência Adotada			
Formalização das medidas de controle (mapeamento de riscos, diagnóstico e medidas para redução de riscos) a serem previstas no novo ciclo de planejamento estratégico.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Elaborado plano de ação para o planejamento do próximo ciclo, estando a implementação em fase de ações preparatórias. A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à Ciset/SG/PR por meio do Ofício nº 261/SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
—			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “r”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Implementar/formalizar diagnóstico dos riscos associados aos principais processos identificados, classificando-os considerando a possibilidade de ocorrência, bem como as medidas a serem adotadas para mitigá-los			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Planejamento e Modernização (APLAM)			
Síntese da Providência Adotada			
Formalização das medidas de controle (mapeamento de riscos, diagnóstico e medidas para redução de riscos) a serem previstas no novo ciclo de planejamento estratégico.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Elaborado plano de ação para o planejamento do próximo ciclo, estando a implementação em fase de ações preparatórias. A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à Ciset/SG/PR por meio do Ofício nº 261/SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
—			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “s”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Desenvolver e formalizar processo para monitorar a efetividade dos controles internos já instituídos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Planejamento e Modernização (APLAM)			
Síntese da Providência Adotada			
Verificação de boas práticas existentes no âmbito do Poder Executivo, mapeamento dos controles internos já instituídos, desenvolvimento de proposta de monitoramento dos controles internos e formalização.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à Ciset/SG/PR por meio do Ofício nº 261/SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
—			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “t”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Adotar providências para a implementação de sistema eletrônico que permita o incremento nos controles da área de licitação e contratos, por meio da integração das informações disponíveis, tais como o orçamento, as compras, as contratações e o patrimônio			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração e Logística (DAL)			46689
Síntese da Providência Adotada			
Adoção do módulo de licitação e contratos do Sistema Integrado de Planejamento, Administração e Contratos (SIPAC), do projeto CICLO ABIN, desenvolvido em parceria com a Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN).			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A implementação dos módulos depende da finalização das adequações e entrada em funcionamento de alguns módulos do CICLO ABIN, que possibilitarão maior controle nas áreas de licitações e contratos. O trabalho de tecnologia da informação está sendo desenvolvido junto às frações que utilizarão os módulos. A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à CISET/SG/PR por meio do Ofício nº 261/ SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Face à demanda de trabalho da ABIN, concentrando esforços para atender inclusive as relativas à preparação de segurança da Copa do Mundo da FIFA 2014, a área de TI trabalha com equipes reduzidas, o que poderá demandar maior para a conclusão da implantação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório de Auditoria de Gestão nº 09/2013	Anexo IV, item “u”	Ofício nº 817/2013/COAUD/CISSET/SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			45104
Descrição da Recomendação			
Iniciar tratativas no sentido de aprovar: i. as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional; ii. as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto; iii. as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa; e iv. as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Assessoria de Planejamento e Modernização			
Síntese da Providência Adotada			
Constituição de grupo de trabalho interdepartamental, envolvendo o DPDT e o DCI, para definir diretrizes, levantamento de informações visando a formulação dos planos de gestão e uso corporativo de TI, considerando a segurança da informação.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A evolução das providências quanto ao atendimento deste item encontra-se em conformidade com o plano de ação referente ao Relatório de Gestão nº 09/2013, encaminhado à Ciset/SG/PR por meio do Ofício nº 261/SPOA/ABIN/GSIPR, de 27 de setembro de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
-			

9.3 Declarações de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações impostas pela Lei nº 8.730/93

QUADRO 9.3.1. – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entrega da DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício de Cargo, Emprego Ou Função	Final do Exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em Comissão)	Obrigados a entregar a DBR	113	157	614
	Entregaram a DBR	113	157	614
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: DGP/ABIN

9.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Todos os servidores cumpriram a obrigação de entregar a DBR ou permitiram o devido acesso eletrônico às informações. O controle do recebimento foi feito em planilhas, sob a responsabilidade do Departamento de Gestão de Pessoal. A documentação, conforme prevê a legislação, fica arquivada em envelopes lacrados e disponível para os órgãos de controle.

9.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Em 2013 foi instaurada a tomada de contas especial (TCE), TCE nº 001/2013, de 01 de abril de 2013. O processo concluso, de nº 0118000679/2013, foi encaminhado à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio do Ofício nº 248/ABIN/GSIPR, de 07 de novembro de 2013, para conhecimento e providências julgadas cabíveis.

QUADRO 9.4 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
1	-	-	-	-	-	-	-	1

* Especificar razões

9.5 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO 9.5 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Marley Antônio Coelho, CPF nº 372.885.471-91, Chefe da Divisão de Contratos, exercido no Departamento de Administração e Logística declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes **aos contratos firmados até o exercício de 2013** por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – SICON, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Os Instrumentos Contratuais de nº 61/2009, 72/2009, 19/2010, 22/2010 e 110/2010, celebrados por esta UJ, não constam no SICON/SIASG, devido a problemas de natureza técnica, que ocasionaram bloqueio do cadastro no sistema. Tais fatos já foram reportados ao MP, estando a UJ aguardando solução técnica.

Brasília, 21 de fevereiro de 2014.

MARLEY ANTONIO COELHO

CPF 372.885.471-91

Chefe da Divisão de Contratos/COLICON/CGAD/DAL

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Em razão da natureza da atividade finalística da ABIN não são aplicáveis os itens “Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços” e “Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião com usuários dos produtos e serviços” (correspondentes aos itens 10.2 e 10.3 da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013).

10.1 Canais de acesso do cidadão ao órgão e informações gerenciais sobre atendimento a demandas

A Ouvidoria da ABIN foi criada em dezembro de 2005. No ano seguinte disponibilizou canais de comunicação, primeiro aos servidores e posteriormente aos cidadãos. O contato pode ser feito por e-mail (falecomaabin@abin.gov.br e ouvidoria@abin.gov.br), carta, fax (61-34458695) e telefone (61-34458799). É possível o atendimento presencial na sede em Brasília/DF, mediante agendamento. A maioria dos atendimentos a servidores é feita por meio de correio eletrônico na intranet. No computo geral dos manifestantes, o contato foi feito predominantemente via internet (89,7% dos registros); em segundo lugar por meio do correio eletrônico da intranet com 7,78%; e em terceiro lugar por telefone com 1,79%.

Em 2013 a Ouvidoria registrou 2.574 manifestações, tendo sido 84,3% de consultas, 4,2% de denúncias, 3,96% de sugestões, 3,81% de reclamações, 2,21% de críticas e 1,52% de elogio. Foram 243 (9,44%) registros originados de servidores, 2.326 (90,37%) advindos de cidadãos e 5 (0,19%) manifestações anônimas. Com dados de 7 de fevereiro de 2014, 99,18% das demandas iniciadas em 2013 estão finalizadas enquanto 0,32% dos atendimentos estão pendentes de resposta das unidades.

Até 31 de dezembro de 2013, a Ouvidoria da ABIN registrou 16.340 manifestações. A maioria, em todos esses anos, foram consultas a respeito da atividade desenvolvida pela instituição e ingresso na atividade de Inteligência.

Em 2013, a Ouvidoria da ABIN respondeu o questionário “Coleta OGU” da Ouvidoria-Geral da União (OGU), ligada à CGU, para obtenção e sistematização de informações sobre as ouvidorias públicas federais.

A ABIN, sendo órgão de assessoria diretamente ligado à Presidência da República, não tem serviço de atendimento direto ao cidadão, mas a Ouvidoria representa canal entre o cidadão e o Diretor-geral, a fornecer informações sobre o que é a atividade de Inteligência e a missão da Agência.

Em razão da peculiaridade da ABIN como órgão de assessoria, à Ouvidoria não compete medir a satisfação dos cidadãos ou clientes de produtos e serviços da ABIN. Elogios e reclamações voluntárias são registrados e transmitidos aos gestores pertinentes.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Por se tratar de órgão da Administração Pública Federal, vinculado à Presidência da República, não se aplicam à UJ os itens “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008”, “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976”, “Composição Acionária das Empresas Estatais” e “Relatório de Auditoria Independente” (correspondentes aos itens 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6, da Portaria TCU nº 175, de 9 de julho de 2013).

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A ABIN aplicou os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, sendo aplicada a tabela de vida útil correspondente aos ativos de cada conta contábil, conforme a macrofunção nº 020330, do Manual do SIAFI.

No caso da metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão foram utilizados o método de cotas constantes e o método de alocação em linha reta. Quanto às taxas de cálculo foram utilizadas as contidas na macrofunção nº 020330 do Manual do SIAFI.

Para a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido a ABIN cumpriu o cronograma-limite por conta contábil previsto na macrofunção 020330 do Manual do SIAFI.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA		110120	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.,	Data	20.02.2014
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF


 João Bosco Garcia
 Chefe de Divisão
 DICON-COAVA-CISET-SG-PR

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

O conjunto de informações prestado no presente relatório traz uma análise quantitativa que espelha a gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados nesta Unidade Jurisdicionada.

Brasília-DF, 31 de março de 2014



WILSON ROBERTO TREZZA
Diretor-Geral